

1



1

2

3

4

5

6

7

**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

**CONAMA**  
Conselho Nacional do Meio Ambiente



8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

## 101ª Reunião Ordinária do CONAMA

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

Brasília/DF.  
31 de Março de 2011.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa ProiXL Estenotipia*

**350 SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) – Pessoal.** Bom dia a todos. Já temos quorum. Nós vamos começar a caminhar na direção de começar. Pediria para que todos fossem se acomodando para nós podermos

2

38retomar os trabalhos. Pessoal bom dia a todos e todas, nós vamos dar início  
39aos trabalhos, aparentemente já atingimos o quorum mínimo necessário para o  
40nosso funcionamento. Vamos procurar trabalhar no mesmo ritmo de ontem. Se  
41nós formos objetivos é provável que nós logremos concluir os trabalhos hoje  
42ainda na parte da manhã. Sei que a maioria de vocês tem muitas atividades  
43para aproveitar aqui em Brasília, vários contatos, várias atividades  
44profissionais. Então vamos dar início ao nosso trabalho, retomando onde nós  
45paramos ontem. Algumas recomendações, de novo pediria apenas que as  
46intervenções fossem as mais curtas possíveis, que não mais que cinco  
47pessoas falassem ao mesmo tempo, acho que o pessoal ainda está dormindo,  
48nem rir mais o pessoal ri, nem acha graça, o povo ainda está... Uma defesa e  
49um ataque, mais do que isso não precisa? Perfeito. Um lado e outro lado. Mas  
50ontem eu tentei, porque eu pedi para o pessoal colocar só elementos novos, as  
51pessoas repetiam as mesmas falas anteriores. Está bom, vamos ser mais  
52objetivos, a pedido da bancada do Rio Grande do Sul.

53

54

55**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
56**DCONAMA)** – Eu queria aproveitar e fazer mais um pedido, que todos se  
57identifiquem ao microfone, mesmo que falem 10 vezes, a questão é facilita  
58muito para a estenotipia, senão depois vem sempre uma fala sem a pessoa  
59que fez aquela fala e aí fica perdida.

60

61

62**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom,  
63aparentemente agora nós já estamos num clima, houve uma mudança de  
64clima, acho que nós podemos começar. Adriana, vamos lá, nossos quatro  
65pontos pendentes onde nós paramos ontem.

66

67

68**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
69**DCONAMA)** – Então o Volney ficou com a equipe que tentou algumas  
70redações, tem alguma coisa de consenso e outras não.

71

72

73**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom, vamos  
74tocando os outros assuntos enquanto nós... Depois volta para os quatro pontos  
75porque o consenso é sempre trabalhoso. Nós temos a vantagem de ter a  
76robustez, se não tiver consenso, nós vamos para votação. Em relação aos  
77nossos outros pontos para que possamos ganhar um pouco de tempo  
78enquanto o pessoal procura entendimento em relação aos quatro pontos  
79pendentes. Só queria lembrar aqui um pouco a intervenção do pessoal do Rio  
80Grande do Sul, da secretária. Eu costumo comprar duas culturas políticas que  
81são lá do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais que são duas culturas políticas  
82regionais muito fortes e que é mais ou menos assim, estereotipando, no Rio  
83Grande do Sul, se você não fala o que você pensa você não conta. Em Minas  
84Gerais, se você fala você não conta. *(Risos!)*. A vida é dura, é mais ou menos  
85isso mesmo. As duas assembleias legislativas que são mais profissionalizadas

86são a do Rio Grande do Sul e a de Minas Gerais. Há controvérsia, a patrícia já  
87está se levantando lá umas questões, mas a do Rio Grande do Sul todos os  
88consultores legislativos são identificados, os partidos, suas identidades e todos  
89os conflitos são processados explicitamente. Em Minas Gerais todo mundo é  
90neutro, todo mundo é opaco e também funciona do mesmo jeito. São duas  
91posturas políticas extremas, mas acho que o País se beneficia muito dessa  
92biodiversidade, polidiversidade. Vamos lá. Adriana.

93

94

95**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
96**DCONAMA)** – Então nós temos um assunto, ontem fizemos uma votação por  
97unanimidade que em as Câmaras Técnicas terão a sua composição prorrogada  
98pelos quatro segmentos, a sociedade civil é que tem modificação. Então isso  
99foi uma votação, nessa votação nós tivemos unanimidade em Plenária. Eu  
100gostaria de ler o texto que foi elaborado, pelo Regimento Interno essa iniciativa  
101precisava ser de um quinto dos Conselheiros, eu tenho aqui as assinaturas e  
102eu vou ler para que possamos votar o texto apresentado. Da alteração de  
103proposição do... Proposta de alteração ao Regimento Interno do CONAMA.  
104Considerando que o Regimento Interno do CONAMA se encontra em exame  
105pelo Conselho, com versão aprovada no CIPAM e na CTAJ, prevendo  
106alterações como fusões e exclusões em Câmaras Técnicas. Considerando  
107também que vencido neste mês de março de 2011 o prazo de dois anos das  
108atuais instituições integrantes das Câmaras Técnicas, o atual Regimento  
109determina a substituição dos mesmos, podendo ser reconduzidos aqueles que  
110estejam em primeiro mandato, conforme art. 23, Parágrafo 3º. Considerando  
111que o novo Regimento deverá estar em vigor no segundo semestre do corrente  
112ano, quando serão instituídas possivelmente novas Câmaras Técnicas, o que  
113deverá implicar novas indicações de membros por parte dos segmentos. E  
114considerando que o art. 46 do atual Regimento permite a alteração de qualquer  
115de seus dispositivos mediante proposta de um quinto dos Conselheiros e  
116aprovada por metade mais um de seus membros. Propomos que seja  
117prorrogado o mandato atual das entidades em todas as Câmaras Técnicas,  
118com exceção do segmento representante da sociedade civil até que seja  
119aprovado o novo Regimento Interno do CONAMA. Eu queria submeter esse  
120texto à aprovação dos senhores.

121

122

123**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Aqueles que  
124são favoráveis à aprovação, por favor, ergam o crachá. Aqueles que são  
125contrários à aprovação, por favor, ergam o crachá. Quem se abstém, por favor,  
126erga o crachá. Então, aprovado praticamente por unanimidade. Obrigado.

127

128

129**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
130**DCONAMA)** – Então, com isso, nós recebemos por parte da sociedade civil a  
131proposta de alteração desse segmento. Como muitos dos Conselheiros são  
132novos, acho que seria interessante eu ler todas as Câmaras Técnicas e quem a  
133compõe, sendo que dos outros segmentos são os mesmos, os Governos

134Estaduais onde estavam, permanecem, Governo Federal também, mas acho  
135que vale a pena eu ler porque não sei se é do conhecimento de todo mundo  
136que está chegando ao CONAMA e com isso eu leio a alteração da sociedade  
137civil. Ok? Primeira Câmara é de assuntos internacionais. Ficaria FBCN  
138Biooeste por parte da sociedade civil. CNI, CNT, CNM e FNP, Bahia e Ceará,  
139comando do Exército, e Ministério das Relações Exteriores, essa Câmara  
140lembrando que infelizmente é uma Câmara que está inativa no CONAMA e há  
141a proposta de exclusão dela no novo Regimento Interno. Isso vai ser verificado  
142posteriormente. Assuntos Jurídicos, PROAM e AMAR, CNI, CNA, ANAMA  
143Centro-Oeste e ANAMA Sudeste, São Paulo e Pernambuco, IBAMA e Casa  
144Civil. Atividades Minerárias também com polêmica sobre a sua permanência no  
145CONAMA. AMAR e INGA, CNI, CNT, ANAMA Nacional e ANAMA Centro-  
146Oeste, Alagoas e Rio Grande do Sul, Ministério das Minas e Energia, e  
147Ministério dos Transportes. Câmaras Técnica de Biodiversidade Fauna e  
148Recursos Pesqueiros, CNCG e MOVER, CNA e Setor Florestal, ANAMA  
149Nordeste e ANAMA Paraná e Sergipe, MAPA e MMA. Câmara de controle e  
150Qualidade Ambiental, PROAM e FURPA, CNI, CNT, ANAMMA Nacional e  
151ANAMMA Sudeste, Espírito Santo e São Paulo, MMA e MME. Economia e  
152Meio Ambiente, FUNATURA e ABES, CNA e CNT, CNM e ANAMA Sul,  
153Sergipe e Tocantins, MAPA e MDIC. Educação Ambiental Bio-Oeste Ecodata,  
154CNI, CNC, ANAMMA Nordeste e ANAMMA Sudeste, ANAMA Sul, aliás,  
155desculpa, ANAMA Norte e ANAMA Sul, Bahia e Ceará, ICMBio e MEC.  
156Florestas e Atividades Agrosilva Pastoris, Ecodata e SOS Amazônia, CNA  
157CNA, Setor Florestal, ANAMMA Norte e ANAMMA Sul, Amazonas e Rio  
158Grande do Sul. Secretaria Especial de Igualdade, aqui não está escrito, é  
159Igualdade Racial, deve ser não é? E IBAMA. Gestão Territorial e Biomas.  
160CNCG, Ponto Terra, CNA, Setor Florestal, ANAMMA Nordeste e ANAMMA  
161Norte, Roraima e Tocantins, Ministério da Integração e Ministério dos  
162Transportes. Saúde e Saneamento. FURPAS e ABES, confere? CNIC CNT,  
163ANAMMA Nacional, ANAMMA Centro-Oeste, Minas Gerais e Alagoas,  
164Ministério da Saúde e Ministério das Cidades. Unidades de Conservação,  
165FUNATURA, ADEMA São Paulo, Setor Florestal, CNC, ANAMMA Nacional,  
166FNP, Goiás, Amazonas, Ministério da Justiça e ICMBio. Então essa é a  
167composição da Câmara Técnica para esse biênio 2011 até o novo Regimento  
168Interno, Ok?

169

170

171 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Algum  
172 esclarecimento? Alguma informação? Tudo bem? Todos confortáveis? Então,  
173 vamos em frente.

174

175

176 **A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
177 **DCONAMA)** – Pergunto se a nós já podemos passar para a Resolução ou se  
178 pode ir para outro ponto de pauta. Então, Volney faz uma apresentação? As  
179 pessoas que tinha emendas ficaram ontem até mais tarde, depois da Plenária,  
180 tentando construir algum acordo ou pelo menos esquematizar o que foi de  
181 consenso.

182

183

184 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Bom dia a todos. Vou fazer um  
185 esforço para tentar apresentar para vocês as nossas sugestões que foram  
186 amplamente negociadas, acho que conseguimos um razoável nível de  
187 consenso, existem algumas questões que estão destacadas, mas acho que  
188 facilitamos o trabalho de hoje. Eu queria só voltar para o art. 2º, que tem só  
189 uma sugestão que nós vamos fazer na revisão, que acho que não tem  
190 problema maior eu vir para cá que fica melhor. Art. 2º, só uma questão simples  
191 de redação. No inciso II, exigir a tecnologia ambiental adequada, nós  
192 entendemos que seria melhor exigir tecnologia ambiental adequada porque  
193 necessariamente pode não existir A, mas sim tecnologia adequada. Então essa  
194 correção nós também estamos sugerindo aqui nesse inciso 2º.

195

196

197 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Os que estão  
198 de acordo, por favor, manifestem-se, levantem o crachá.

199

200

201 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Ok. Obrigado.

202

203

204 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Espera aí, tem  
205 que ver os que são contra e as abstenções. Eu aprendi. Os que são contrários,  
206 por favor. As abstenções? Então, está suprimido supresso?...Suprimido?  
207 Suprimido, então suprimimos o A, pronto.

208

209

210 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Bom, vamos para o art. 5º, que  
211 talvez seja o mais complexo, o mais difícil. Nós tivemos ontem uma série de  
212 sugestões e eu vou passar ponto a ponto do art. 5º, talvez fosse interessante  
213 nós tentarmos depois, aprovar ponto a ponto. No art. 5º, nós temos ali no caput  
214 uma pequena modificação, no intuito de deixar um pouco mais claro a redação  
215 que fica assim, art. 5º, excepcionalmente e em caráter temporário, se adicionou  
216 caráter temporário para deixar claro que não é uma questão para sempre, o  
217 órgão ambiental competente poderá, mediante análise técnica fundamentada,  
218 autorizar o lançamento de influentes em desacordo com as condições e  
219 padrões estabelecidos dessa Resolução, desde que observados os seguintes  
220 requisitos. Então o Caput se modificou, tirou o excepcionalmente ali da  
221 posição, botou mais no início para deixar mais caracterizada a situação e se  
222 adicionou a questão do caráter temporário. Então essa foi a modificação em  
223 relação ao texto original. No inciso I avaliou que aquela modificação de  
224 utilidade e interesse social, que houve uma confusão, que estava muito melhor  
225 na 357 original. Então nós entendemos que o objetivo aqui é realmente que  
226 essas, vamos dizer assim, atividades que vão ser regradas por essa Resolução  
227 sejam devidamente de interesse público. No caso desse inciso nós voltamos à  
228 redação original que estava na 357, nós achamos que é suficiente e, vamos  
229 dizer assim, mais . Então ficaria, inciso II: comprovação de relevante interesse

230 público devidamente motivado. O inciso II continua igual, atendimento ao  
231 enquadramento corpo receptor e as metas intermediárias finais, progressivas e  
232 obrigatórias. No inciso II não teve modificação. No inciso III, ontem houve uma  
233 aprovação de retirar o tecnicamente adequado, depois de uma série de  
234 discussões que nós fizemos com os setores e a preocupação que esse estudo  
235 ambiental tem que ter realmente essa aderência o problema que está sendo  
236 tratado, se identificou como mais, vamos dizer assim, mais conveniente  
237 retornar o tecnicamente adequado para deixar isso caracterizado, porque  
238 existe uma família de estudos ambientais que em função do problema, um ou  
239 outro estudo ambiental pode ser aquele, vamos dizer assim, priorizado. Então,  
240 nesse caso se propõe realmente o retorno ao tecnicamente adequado. Bom,  
241 vamos agora de proposta, onde nós temos, vamos dizer assim, novidades.  
242 Onde o Ministério Público Federal e o Ministério do Meio Ambiente, negociaram  
243 aí uma redação para o inciso V, que é a questão da fixação de prazo máximo  
244 para lançamento prorrogável a critério do órgão governamental competente  
245 enquanto durar a situação que justificou excepcionalidade aos limites  
246 estabelecidos nessa norma, essa preocupação de realmente deixar claro que  
247 isso não é para sempre, isso é uma regra de transição para algumas situações  
248 de grande interesse público e que nós não temos, não é conveniente, não tem  
249 como não aceitar que essa atividade continue, mas que ela num determinado  
250 tempo deverá atender às condições estabelecidas para o órgão ambiental. E,  
251 por fim, no inciso VI, tem uma... Talvez eu peça para a Doutora Ana Cristina  
252 clarear essa discussão, que seria o estabelecimento de medidas que visem  
253 neutralizar os eventuais efeitos do lançamento excepcional, quer dizer,  
254 tentando deixar claro que não é uma autorização para causar dano, mas é,  
255 vamos dizer assim, uma situação excepcional em que todas as medidas serão  
256 tomadas para neutralizar eventuais efeitos no lançamento excepcional. Então,  
257 com todas essas garantias, esse art. 5º procura se transformar nessa regra de  
258 transição em que nós temos a situação de excepcionalidade e de interesse  
259 público para poder vamos dizer assim, viabilizar essa situação de  
260 excepcionalidade. Então seria essas, secretário, as emendas que foram  
261 propostas, talvez se precisar de algum esclarecimento adicional ou então nós  
262 podemos passar ponto a ponto.

263

264

265 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Cadê a Ana  
266 Cristina, nossa Procuradora? Você quer esclarecer o ponto... O sexto ponto,  
267 inciso?

268

269

270 **A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – O sexto ponto do inciso...  
271 Ana Cristina Ministério Público Federal. O sexto ponto do inciso visa ressaltar  
272 que essa norma é uma excepcionalidade, mas ela não descaracteriza o que diz  
273 a lei, o que diz a Constituição, que qualquer dano deve ser reparado. Aí nós  
274 entendemos que é excepcionalidade, pode interessar, por interesse público é  
275 melhor que ocorra essa situação, essa emissão de efluentes excepcionais, mas  
276 que danos decorrentes daquele lançamento excepcional devem ser mitigados  
277 ou compensados. Deve-se visar à mitigação e compensação de danos, o órgão

278ambiental foi relutante em aceitar, o MMA preferiu não colocar esses termos  
279que são mais tradicionais, mitigação e compensação de danos pensando que  
280isso é mais ligado ao licenciamento e tudo mais, mas o que nós esperávamos  
281com neutralização dos efeitos é isso, que se tomem medidas, sejam prévias ou  
282concomitantes, para evitar maiores danos, sejam posteriormente, para se voltar  
283ao que seria exigível se não houvesse aquele lançamento excepcional.

284

285

286**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Algum  
287esclarecimento? Pois não, Donizete.

288

289

290**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Eu estava até... Donizete  
291Tokarski, ECODATA. Eu estava até conversando com a Dra. Ana Cristina, não  
292é o caso já da norma estabelecer então compensando, se for necessário, para  
293ficar bem claro isso.

294

295

296**A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – A meu ver era melhor ter os  
297termos mitigar e compensar os danos decorrentes da emissão excepcional. O  
298MMA que preferiu uma redação que não usasse esses termos. Então eu  
299concordo com, a princípio, eu concordo que tenha esses termos, mas...

300

301

302**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Qual inciso?

303

304

305**A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – No sexto.

306

307

308**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Qual seria a  
309redação?

310

311

312**A SR<sup>a</sup>. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Para mim? Mas não foi o  
313que o MMA achou mais interessante, não é que seria estabelecimento de  
314medidas mitigadoras e compensatórias dos eventuais danos decorrentes do  
315lançamento excepcional. Isso seria usando termos da legislação.

316

317

318**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Então uma fala,  
319Volney.

320

321

322**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Nosso objetivo sempre tem sido  
323utilizar a terminologia que não crie confusão para o licenciamento ambiental,  
324por isso que nós optamos por esse termo que pode não ser o ideal, mas para  
325nós esses termos que criam confusão muitas vezes e... Façam remissão a

326termos já característicos do licenciamento ambiental, muitas vezes criam aí  
327relações que não são adequadas na hora que nós vamos... E não é essa a  
328ideia, a ideia é realmente que nós procuremos minimizar o máximo, mas não  
329gostaríamos de usar o termo mitigação.

330

331

332**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Yuri, você vai  
333agregar o elemento novo, as duas posições? Ontem você mentiu para mim...  
334Então está bom.

335

336

337**O SR. YURI (Ministério das Cidades)** – Yuri do Ministério das Cidades a  
338dúvida é simples, como é que eu consigo neutralizar o lançamento desses  
339eventuais efluentes aí numa situação de excepcionalidade? Se eu estou  
340excepcionalizando é porque eu não consigo ter um tratamento adequado  
341àquele problema. Então como é que eu consigo neutralizar esse problema?  
342Essa é a dúvida. Se o plenário achar que realmente tem fundamento essa  
343questão, eu sou a favor de nós evoluirmos um pouco mais essa avaliação e  
344não incluir esse dispositivo no momento.

345

346

347**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Espera aí Ana  
348só um instantinho. Os que estão ali posicionados na mira, é sobre qual inciso, o  
349sexto? É um elemento novo de discussão ou é só sim contra ou sim a favor?  
350Vocês vão trazer elementos novos? Dra. Cristina.

351

352

353**A SR<sup>a</sup>. MARIA CRISTINA YUAN (CNI)** – Nós queremos ponderar relação a  
354essa proposta do Ministério Público...

355

356

357**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Cristina da CNI.

358

359

360**A SR<sup>a</sup>. MARIA CRISTINA YUAN (CNI)** – Bom dia. Desculpem. Cristina da CNI.  
361Que, corroborando com o que o Conselheiro anterior mencionou, é impossível  
362se é uma situação de excepcionalidade e já existe uma série cláusulas de  
363proteção à segurança do corpo receptor, a qualidade do corpo receptor, é óbvio  
364que isso é temporário e medidas estarão sendo adotadas para sanar o  
365problema. Então, se, já como pré-requisito para autorização dessa  
366excepcionalidade, o responsável já tem que estabelecer medidas, acabou,  
367cessou a excepcionalidade. Isso é um pouco contraditório. Eu gostaria que os  
368senhores avaliassem isso, quer dizer, é evidente que o órgão ambiental ao  
369autorizar essa condição, isso estará condicionado à implementação de  
370medidas para sanar o problema ou para neutralizar o problema, se já é exigido  
371como pré requisito, cessou a excepcionalidade, não há mais o problema.

372

373



374O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) – Deixa o  
375Ministério Público.

376

377

378O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (MPE) – Bom dia a todos. Saint  
379Clair, Ministérios Públicos Estaduais. Parece-me que nesse caso há um dano  
380ambiental, me parece que é essa a resistência da Dra. Cristina. Se é um dano  
381ambiental, nós podemos colocar ali então que tem que haver o ressarcimento  
382pelo dano caudado. Pronto, resolve a questão.

383

384

385O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA) – A nossa intenção... Volney  
386Zanardi, Ministério do Meio Ambiente. Nós estamos tratando aqui de tentar  
387neutralizar os efeitos, por exemplo, se eu tiver... Uma situação hipotética, para  
388ficar mais claro. Eu tenho uma praia há um determinado... Dois três quilômetros  
389abaixo. Eu vou ter que claramente sinalizar que essa praia não é adequada  
390para banho. Eu tenho uma série de situações que podem ser tomadas para  
391evitar que tenham efeitos danosos essas situações de excepcionalidade, é  
392essa a ideia aqui.

393

394

395O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) – AMAR. é a  
396última intervenção antes de procedermos as votações.

397

398

399O SR. RAFAEL FERREIRA FILIPPIN (AMAR) – Rafael Filippin, AMAR região  
400Sul. Senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras, gostaria de salientar que  
401essa proposta que foi gestada com bastante carinho, por várias entidades,  
402durante bastante tempo, trouxe a ideia de fazer com que a excepcionalidade  
403não se tornasse regra, essa é a nossa preocupação e que coisas imprevistas  
404acontecem, mas nós não podemos fazer com que isso se torne um ato  
405ordinário. Então, quando existe a necessidade de se compensar aquilo que se  
406fez, não se está fazendo nenhuma inovação, apenas está fazendo com que  
407aquilo que já consta na legislação valha também para as hipóteses  
408excepcionais. Claro que com as devidas precauções e devidas atitudes que  
409uma situação excepcional merece. Então, a sociedade anuiu com essa  
410proposta em vista justamente da presença de todos esses elementos e eu  
411acredito que diante do consenso que se construiu, não seria adequado agora  
412amenizar o que está disposto nesse inciso VI.

413

414

415O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) – Nós vamos  
416fazer o seguinte, nós vamos votar as alterações dos incisos, depois vamos ver  
417se mantém ou suprime e se mantiver se modifica a redação ou não. Vamos  
418encaminhar nesse sentido. Desde o início do art. 5º. Vamos lá. art. 5º. Os que  
419são favoráveis à manutenção da redação modificada, excepcionalmente em  
420caráter temporário, o órgão competente poderá mediante à análise técnica  
421fundamentada, autorizar o lançamento de efluente em desacordo com as

422 condições e padrões estabelecidos nessa adução, desde que observados os  
423 seguintes requisitos. Bom, esse caput, os que forem a favor, por favor, se  
424 manifestem. Os que forem contrários, por favor, se manifestem. Os que se  
425 abstém, por favor, se manifestem. Então, a nova redação do caput... Tem uma  
426 abstenção aqui, está bom. Bom, primeiro não há nenhuma a proposta em  
427 relação ao primeiro, perdão, há na proposta uma nova redação, vou ler a nova  
428 proposta, comprovação de relevante interesse público devidamente motivado.  
429 Os que forem a favor da nova redação, por favor, se manifestem. Os que  
430 forem, a favor, da redação anterior, por favor, se manifestem. Aprovado. No  
431 segundo inciso não há nenhuma proposta de modificação, os que forem a favor  
432 da manutenção do segundo inciso, por favor, se manifestem, o segundo está  
433 ok? Sem o problema? Mas até o Ok tem que ser votado também, viu? Vamos  
434 lá. Desculpe, eu estou inspirado hoje de manhã, vocês me perdoem. Vocês  
435 voltaram também cheios de gás não é? Então aprendi ontem. Vamos lá.  
436 Terceiro inciso, realização, a proposta do Ministério a partir das negociações  
437 com os demais atores aqui foi, realização de estudo ambiental tecnicamente  
438 adequado. Então a proposta é voltar à redação original, (...) pelo empreendedor  
439 responsável pelo lançamento. Os que forem a favor, por favor, se manifestem.  
440 Os que forem contrários, por favor, se manifestem. Os que se abstém?  
441 Perfeito, uma abstenção. Inciso IV, não há, aparentemente não há nenhuma  
442 controvérsia. O inciso V, a proposta apresentada pelo Ministério Público e  
443 Ministério do Meio Ambiente propõe um acréscimo na redação, fixação de  
444 prazo máximo para lançamento prorrogado a critério do órgão ambiental  
445 competente, enquanto durar a situação que justificou a excepcionalidade aos  
446 limites estabelecidos nessa norma. Introduce uma dimensão de tempo de  
447 transitoriedade. Os que forem a favor, por favor, se manifestem. Os que forem  
448 contrários, por favor, se manifestem. As abstenções, por favor, se manifestem.  
449 Perfeito. Bom, há uma proposta de um novo inciso, cujo detalhamento da  
450 redação nós vamos votar posteriormente. Os que são favoráveis à introdução  
451 do novo inciso, por favor, se manifestem. Os que são contrários à introdução  
452 do novo inciso. A proporção foi de 2 para 1 a favor. Bom, em relação ao novo  
453 inciso há uma proposta, foi feita uma proposta do Donizete e depois... Foi  
454 retirada a proposta. Então, está pronta a nova redação. Vamos em frente. O  
455 segundo ponto pendente de ontem?

456

457

458 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Vamos avançar. Bom, agora  
459 Ministério da Saúde que tem essa proposta nova de redação no Parágrafo 5º,  
460 queria passar a palavra ao Dr. Erick.

461

462

463 **SR. ERICK FICHER (MS)** – Obrigado. Erick Ficher, Ministério da Saúde.  
464 Então depois de longas discussões, acho que vou ter que chegar para lá  
465 porque o texto foi acordado ontem, às horas da noite. É no art. 16, Parágrafo  
466 5º. Então, aqui tem uma coisa que nós não tínhamos reparado, é que na  
467 Resolução atual está previsto também o lançamento direto e nós, na redação,  
468 acabou não incluindo. Então, aqui no item B nós estamos resgatando para o  
469 lançamento direto, o texto da atual Resolução que seria; ser lançados

470indiretamente após tratamento especial, conforme a redação atual da  
471Resolução. Então, voltando para o caput, os efluentes oriundos de serviço de  
472saúde estarão sujeitos às exigências estabelecidas na sessão, para aqueles  
473parâmetros físico/químicos incluídos ali, há uma correlação, desde que  
474atendidas às normas sanitárias específicas vigentes. Então, aí entra inclusive a  
475questão da desinfecção e que é possível que saia daqui uma recomendação  
476para que o setor saúde trabalhe essas normas específicas para o setor  
477hospitalar. Então, incluímos a possibilidade que existe em outros países  
478também de se fazer o lançamento em rede coletora de esgoto sanitários,  
479conectada à estação de tratamento. Claro que essa rede coletora a estação de  
480tratamento têm normas específicas definidas pelas operadoras dos sistemas de  
481coleta e tratamento de esgotos sanitários. Então, tem uma questão importante  
482que com a lei de saneamento vão haver inúmeras investimentos nas estações,  
483com implementação de estação de tratamento de efluentes e aí tem a decisão  
484política, é melhor construir muitas estações de tratamento do que construir  
485estações de tratamento super avançadas que consigam eliminar  
486completamente os patógenos. Então, é uma decisão política que é tomada  
487aqui. Com isso nós retiramos aqueles 99,9% de remoção de coliformes, porque  
488inviabilizaria algumas estações de tratamento, como aquelas de baixa  
489eficiência de remoção de DBO que concomitantemente também tem uma baixa  
490eficiência de remoção de patógenos, assumindo que nessas situações haverá  
491um lançamento de uma determinada carga de patógenos no ambiente, só que  
492se compararmos com a situação hoje, onde não existe nenhum tratamento,  
493nenhuma coleta, a situação de ganho e perda para saúde no momento é  
494melhor que se tenha rede de coleta e que se tenha estações de tratamento,  
495mesmo que com uma eficiência um pouco melhor, do que não se tenha nada e  
496que se consiga espalhar o saneamento para o interior do País. Essa é uma  
497situação que se coloca e por isso decidimos, em longas discussões ontem, a  
498inclusão dessa alteração, a proposta dessa alteração com relação ao texto que  
499havia sido apresentado.

500

501

502 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Algum  
503 esclarecimento, alguma solicitação de esclarecimento? Wanderley da CNI.

504

505

506 **SR. WANDERLEY AUGUSTO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos.  
507 Wanderley, CNI. Erick, uma questão aqui relativa ao item A e ao item B. O item  
508 A, lançamento em rede coletora de esgoto é lançamento indireto, o item B tem  
509 que ser lançamento direto, está errado aí. Então só para fazer essa correção.

510

511

512 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Erick, está  
513 correta?

514

515

516 **SR. ERICK FICHER (MS)** – Não. Perfeito. É que na digitação nós podemos  
517 inclusive incluir em cima lançamento indireto em rede...

518

519

520 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Wanderley dá  
521 uma inspecionada na redação aqui.

522

523

524 **SR. ERICK FICHER (MS)** – Indireto tira dali olha... Isso. Lançamento direto e  
525 ali lançamento indireto, pode tirar o indireto dali. Em rede coletora jê é indireto  
526 automaticamente. Perdão. A, acabou às 8 horas da noite, nós perdemos o  
527 indireto.

528

529

530 **SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Carlos Bocuhy,  
531 PROAM São Paulo. Preocupa-me nós fazermos um acordo político em torno  
532 de 99,9% e não em torno dos 99,99% que seriam muito mais ideais para a  
533 proteção da saúde pública, da questão ambiental também. Então, talvez na  
534 Resolução ela pudesse conter, no seu final, a perspectiva da melhoria  
535 contínua, que infelizmente isso não está conceitualmente veiculado no  
536 CONAMA. Nós não conseguimos ter normas que automaticamente, a não ser  
537 que coloquemos o tempo de revisão da Resolução, nós não temos uma norma  
538 geral que lance essas situações para um contínuo aprimoramento. Então, a  
539 busca dos 99,99%, apesar da decisão política colocada pelo Ministério da  
540 Saúde parece ser mais interessante para o momento, o objetivo da Sociedade  
541 Brasileira deve ser sim os 99,99%. Então, a minha preocupação é como  
542 contemplar isso na Resolução, como um objetivo futuro, deixando isso claro,  
543 sinalizando nessa Resolução esse caminho e aí eu peço ajudado Volney que  
544 pensa estrategicamente como isso se insere com outras políticas que são  
545 adotadas pelo Governo para implementação de saneamento ambiental no  
546 Brasil para que nós, de forma mais efetiva, sinalize isso na Resolução,  
547 garantindo uma melhor eficiência futura.

548

549

550 **SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Bom, se eu entendi bem Bocuhy,  
551 o objetivo que eu estou vendo do Ministério da Saúde ao fazer essa emenda é  
552 no sentido de possibilitar essa melhor relação no âmbito da 357, que está  
553 previsto na 357, pelo que eu me lembro na 357, basicamente o que nós temos  
554 é alínea B, a questão do tratamento especial. Nós estamos fazendo aqui uma  
555 proposição de caráter nacional. Então, definir nacionalmente metas talvez não  
556 fosse o adequado, nós temos fugido ao máximo disso, até porque nós  
557 estamos, nessa questão do saneamento, respeitando a própria legislação, leis  
558 no saneamento que prevêm a questão das metas intermediárias, prevêm o  
559 aspecto da capacidade de pagamento que são questões que não vamos definir  
560 dentro de uma Resolução do CONAMA, são questões da política e que nós  
561 temos que, nessa, principalmente a partir daquele art. 5º, nós estamos criando  
562 condições de transição para amarrar no tempo essa situação sem criar, vamos  
563 dizer assim, custos excessivos, no sentido tanto ambiental quanto sobre o  
564 aspecto dos investimentos. O maior problema que nós temos hoje é definir, ter  
565 parâmetros que depois, na prática não conseguem ser cumpridos e a área

566ambiental começar a ser responsabilizada por não conseguir fazer os  
567licenciamentos do que tem que ser feito, porque nós definimos de uma forma  
568geral, uma visão talvez um pouco burocrática, questões que têm, vamos dizer  
569assim, uma característica local e específica. Então, essa é a preocupação. A  
570questão aqui é só clarear um negócio, o mérito o Ministério do Meio Ambiente  
571apóia o que o Ministério da Saúde está aprovando, a dúvida que eu tenho é se  
572realmente a questão da alínea B está convergente com o que diz ali o caput da  
573sessão três, porque, vamos dizer assim, a sessão três já em um aspecto  
574específico da questão, vamos dizer assim, do tratamento especial que está se  
575dando à questão de lançamento, fiquei com essa dúvida. Eu queria só depois  
576ter certeza dessa...

577

578

579**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Dr. Carlos vou  
580colocar o ponto em votação sobre...

581

582

583**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Sobre essa  
584questão, a questão do tratamento especial que fica... Nós estamos criando uma  
585questão extremamente subjetiva e quem estabelece isso, do meu ponto de  
586vista, certamente será o Ministério da Saúde. Daí nós deveríamos consignar  
587um prazo, de pelo menos dois anos, para que o Ministério da Saúde estabeleça  
588os parâmetros do que é o tratamento especial. Acho que isso é uma questão...  
589Não, mas o Ministério da Saúde tem que determinar, claro que tem quem  
590determina é o Ministério da Saúde. Aí teríamos mais clareza.

591

592

593**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – A proposta é  
594que seja complementado, na alínea B, após tratamento especial, em prazo de  
595dois anos, um complemento dessa natureza. Ministério da Saúde.

596

597

598**O SR. ERICK FICHER (MS)** – Bom, é uma questão que tem que ser resolvida,  
599não sei se esse prazo é adequado com relação a isso, nós vamos, já há  
600intenção do setor saúde de trabalhar essa questão. Então, havendo uma  
601recomendação nesse sentido, a Isa está sinalizando também positivamente  
602nesse sentido, que poderia ajudar o setor a trabalhar essa questão do  
603tratamento especial. Então seria não inclusão aí, mas em forma de  
604recomendação do CONAMA para cá, não iria incluir isso na Resolução  
605CONAMA, porque não cabe na Resolução CONAMA indicar a outro Ministério  
606fazer alguma coisa, mas uma recomendação por parte do CONAMA poderia  
607ser apropriada, não sei como é que... Teria que discutir isso internamente.

608

609

610**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Eu tenho dois aspectos, primeiro  
611nós entendemos que existem questões hoje, dentro do setor de saúde que têm  
612que ser definidas até para tomar decisões desse tipo. Segundo aspecto, no art.  
61328 já está previsto o prazo de três anos para adequação. Então eu acho que,

614está sendo, está batendo, indo ao encontro do que está previsto para o art. 28.  
615Então o Ministério do Meio Ambiente defende a proposta do Ministério da  
616Saúde e é contrário a essa nova proposta apresentada pela PROAM.

617

618

619**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom, nós  
620vamos encaminhar à votação então, a proposta original está explicitada no  
621texto aí, no tópico A, complementando, atendendo às normas e diretrizes da  
622operadora do sistema de coleta e tratamento do esgoto sanitário; e no tópico B,  
623ser lançados diretamente após tratamento especial. A proposta que vai ser  
624colocada em votação é... Os que estão de acordo com a proposta feita  
625originalmente pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde e a outra  
626proposta é complementação de fixação de um prazo de dois anos. Os que  
627forem a favor da proposta do Ministério da Saúde e do Ministério do Meio  
628Ambiente, por favor, levantem o braço.

629

630

631**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – PROAM retira a  
632proposta e vamos mudar para a recomendação.

633

634

635**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – perfeito.  
636Obrigada. Então está aprovada e está supressa a proposta alternativa. Vamos  
637em frente. Terceiro ponto, terceira pendência, Dr. Volney.

638

639

640**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Art. 19, essa aí é a discussão  
641sobre os emissários e aí, se nós pegarmos, no art. 5º, no Parágrafo Único aí do  
642art. 19, a ideia é que, vamos dizer assim, se aplique a essa situação somente  
643os incisos III e IV que são os incisos que tratam da questão do estudo, do  
644aspecto do estabelecimento, de tratamento e da exigência para lançamento.  
645Nós entendemos que nesse caso, talvez não se aplique o inciso II que trata da  
646questão do enquadramento e também... Seria isso. Inciso II não se aplicaria.  
647Seria somente incisos III e IV.

648

649

650**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Alguma  
651solicitação de esclarecimento ou de complementação? Wanderley, Ana  
652Cristina.

653

654

655**A SRª. ANA CRISTINA BANDEIRA LINS (MPF)** – Eu só queria colocar o  
656seguinte, eu questionei o MMA de acrescentar o inciso VI que foi aprovado no  
657art. 5º e o que foi esclarecido é que como isso é uma situação perene e não  
658excepcional, ela já está abrangida no licenciamento ambiental. Então, no  
659licenciamento já estarão as medidas mitigadoras e compensatórias para esse  
660lançamento diferenciado. Por isso é que eu não vou aqui exigir que também  
661tenha o art. 6º, considerando que isso está no licenciamento ambiental dessa

662atividade, tanto dessa do emissário, quanto a de concentração de reuso, que  
663virá em seguida.

664

665

666**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) –** Wanderley.

667

668

669**O SR. WANDERLEY AUGUSTO BAPTISTA (CNI) –** A nossa proposta seria,  
670na verdade, fazer uma pequena inversão ali naquela redação, colocando  
671previsto no inciso III e IV do art. 5º e o restante ficaria igual, por quê? Porque o  
672caput fala em temporalidade e nós não queremos deixar nenhuma dúvida para  
673quem possa interpretar, embora as pessoas aqui, embora as pessoas achem  
674que não haveria, nós preferimos fazer essa pequena inversão, mas não muda  
675nada.

676

677

678**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA) –** Bom, nós concordamos então  
679com a inversão.

680

681

682**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) –** Bom, temos um  
683consenso, vamos encaminhar então para a votação...

684

685

686**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA) –** Só para... Nós incisos...

687

688

689**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA) –** Sim, nos, é  
690porque falta um S. Pessoal, os que estiverem de acordo com a introdução  
691dessa alteração, dessa nova redação incorporando a alteração proposta pelo  
692Wanderley, por favor, se manifestem levantando o braço, perdão os crachás.  
693Mas para levantar o crachá tem que levantar o braço. Bom, (Risos!). Os que  
694forem contrários, por favor. As abstenções? Bom, perfeito. Volney, vamos para  
695o nosso último ponto.

696

697

698**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA) –** Próximo é o 23, eu acho. 23?

699

700

701**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
702**DCONAMA) –** Só um pouquinho, passou um Parágrafo Único que estava em  
703amarelo, é a mesma coisa?

704

705

706**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA) –** É o 23. Então, antes nós fizemos  
707uma redação e o Parágrafo Único original, até houve uma discussão que seria  
708melhor fazer uma divisão em dois parágrafos, porque estava misturando um  
709pouco as duas questões e se propôs a seguinte redação. Então, esse aí é o

710art. o 23, para quem não se lembra um caput, só para mostrar o caput, por  
711favor. 23, os responsáveis pelas fontes poluidoras dos recursos hídricos  
712deverão realizar automonitoramento para controle e acompanhamento  
713periódicos dos efluentes lançados nos corpos receptores, com base em  
714amostragem representativa dos mesmos. E aí a ideia é dividir aquele Parágrafo  
715Único em dois com essa redação. Parágrafo 1º seria o órgão ambiental  
716competente poderá estabelecer critérios e procedimentos para a execução e  
717averiguação de automonitoramento dos efluentes e avaliação da qualidade do  
718corpo receptor. Parágrafo 2º para fontes de baixo potencial poluidor, assim  
719definidas pelo órgão ambiental competente poderá ser dispensado o  
720automonitoramento mediante fundamentação técnica. Deixar claro, que  
721explicitamente qual foi a análise, por que o órgão ambiental tomou essa decisão em  
722cima de quais os critérios e quais critérios deixar isso fundamentado no âmbito  
723do processo. Ok? Então, essa é a sugestão.

724

725

726**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Solicitações de  
727esclarecimentos em relação ao desdobramento em dois parágrafos. Então  
728encaminhado para votação. Os que estiverem de acordo, por favor, ergam  
729seus braços e respectivos crachás. Os que forem contrários, por favor, se  
730manifestem também da mesma forma. Os que se abstém. Está aprovada a  
731nova redação. Bom, encerramos então esse nosso tópico, esse processo e  
732vamos em frente com a nossa pauta, partindo para as recomendações.

733

734

735(*Palmas!*).

736

737

738**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Tem art. 26 aí. Tem o art. 26  
739ainda. Artigo 26 é que tem a questão da inclusão dos incisos aí, eu gostaria  
740de...

741

742

743**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Vamos lá, no  
74426 há uma redação no Parágrafo Único, é uma proposta do Minas e Energia da  
745CNI, do IBAMA, da Ana, Ministério da Saúde, tem alguém que não está  
746propondo aqui? Acho que todo mundo está propondo.

747

748

749**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Na realidade nós só estamos  
750incluindo a aplicação dos incisos II, III, IV do art. 5º, que seria aquela... E o  
751Ministério Público Federal está nos acompanhando, que era (...) que havia.

752

753

754**O SR. VOLNEY ZANARDI JUNIOR (MMA)** – Então há um consenso em  
755relação à proposta. A proposta... Então introdução desse Parágrafo com os  
756seguintes termos, no caso de efluentes cuja vazão original for reduzida pela  
757prática de reuso ocasionando aumento da concentração de substâncias



758 presentes em efluentes para valores em desacordo com as condições e  
759 padrões, lançamentos estabelecidos na tabela 1, o órgão ambiental  
760 competente poderá estabelecer condições e padrões específicos de  
761 lançamento, conforme previsto nos incisos II, III, IV do art. 5º. Os que estiverem  
762 de acordo, por favor, se manifestem, erguendo seus braços e crachás. Os que  
763 estiverem contra, por favor, manifeste-se erguendo os braços e crachás.  
764 Abstenções. Está aprovado. Agora sim, terminamos.

765

766

767 *(Palmas!)*.

768

769

770 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Nós estamos  
771 com uma recomendação de cantar os parabéns, mas acho que vamos poupá-  
772 lo disso, é aniversário dele, ele está desesperado já, o Hélio Gurgel faz  
773 aniversário hoje, parabéns para ele, mas nós vamos poupá-lo dos parabéns.

774

775

776 *(Palmas!)*.

777

778

779 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – A ABEMA  
780 merece. Vamos em frente. Tem mais aniversário? Não, é outro. Tem  
781 aniversário que não é bom comemorar, mas tudo bem.

782

783

784 **SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
785 **DCONAMA)** – O próximo ponto de pauta é uma recomendação para Centros  
786 de Educação Ambiental. Nilo. A Raquel não está em Plenário. Então, és tu na  
787 nova condição de Diretor de Educação Ambiental. Deixa eu aproveitar para dar  
788 um outro aviso antes, é bem breve, o livro do Dr. Paulo Nogueira Neto está ali  
789 na recepção, quem quiser adquiri-lo hoje, está disponível na recepção, ainda  
790 com direito a autógrafo do nosso autor.

791

792

793 **SR. NILO SÉRGIO DE MELO DINIZ (MMA)** – Bom dia senhores  
794 Conselheiros, Nilo, Diretor de Educação Ambiental do MMA. A Raquel, você  
795 está aqui. Então, eu quero aproveitar e apresentar aqui a nossa Conselheira do  
796 Ministério da Educação, e hoje o MEC e o MMA integram o órgão gestor da  
797 Política Nacional de Educação Ambiental e a Raquel, pelo MEC, ficou de fazer  
798 a relatoria desta proposta. Posso apenas antecipar que essa recomendação  
799 passou pela... Foi aprovada pela Câmara de Assuntos Jurídicos, na sua  
800 reunião agora de março, presidente da Câmara está aqui também, Dr. Hélio  
801 Gurgel, que faz aniversário hoje. Então, ele pode, eventualmente, acrescentar  
802 alguma observação que tenha sido discutida na jurídica, mas na Câmara de  
803 Assuntos Jurídicos foram feitos apenas alguns poucos ajustes de Técnica  
804 Legislativa e de redação, praticamente sem alteração significativa, mesmo do

805 ponto de vista jurídico legal. E aí aprovada, ela veio ao Plenário para  
806 apreciação e aprovação. Passo para Raquel para fazer a relatoria.

807

808

**809A SR<sup>a</sup>. RAQUEL TRAJBER (MEC)** – Raquel do Ministério da Educação. Bom  
810 dia a todos e todas. Trata-se, basicamente, de uma recomendação, isso é, são  
811 diretrizes e orientações para melhoria de Centros de Educação Ambiental. Nós  
812 entendemos por Centro de Educação Ambiental como um nome genérico, ele  
813 pode ter outros nomes, mas que são iniciativas pedagógicas de educação  
814 formal, não formal, informal e com espaços que tenham espaços e  
815 equipamentos, que tenham uma equipe dedicada e que tenham um projeto  
816 político pedagógico. Essas são as três características que definem um Centro  
817 de Educação Ambiental. É muito importante para nós, da educação ambiental,  
818 que tenha essa série de orientações porque se não tiver, em primeiro lugar tem  
819 muita demanda de pessoas que precisam fazer, grupos que precisam fazer,  
820 empresas que precisam criar Centros de Educação Ambiental. Então, RPPNs  
821 pedem empresas, até escolas pedem Centros de Educação Ambiental. Então,  
822 nós achamos que seria importante ter isso como uma recomendação que  
823 orientasse como esses centros poderiam funcionar de forma, com melhoria de  
824 qualidade do trabalho de educação ambiental. Eles são usados para  
825 formações, para eventos, para atividades de lazer e trilhas, viveiros, centros de  
826 convivência que tenham a intencionalidade de educar para a questão  
827 ambiental, para a sustentabilidade. Eu gostaria de falar de três características  
828 importantes que vão aparecer aí e que vão esclarecer a recomendação em si,  
829 são elas, a coerência, que é muito importante que esses centros tenham uma  
830 coerência na construção, nas edificações, que tenham, é uma recomendação  
831 que tem critérios de sustentabilidade energética, captação de água de chuva,  
832 hortas agroecológicas, enfim, viveiros, áreas ao ar livre de forma coerente e  
833 equipes multidisciplinares e profissionais e o projeto político pedagógico que dê  
834 transparência nas concepções de educação ambiental desenvolvidas na  
835 missão, enfim, nos objetivos desse centro. E o mais importante é que eles  
836 estejam ligados a uma observância das Leis, das políticas, das Resoluções do  
837 CONAMA com foco em educação ambiental e também de programas, do  
838 Programa Nacional de Educação Ambiental, de políticas e programas  
839 estaduais, regionais, municipais de bacias hidrográficas que tenham programas  
840 de educação ambiental, de políticas e programas estaduais, regionais,  
841 municipais, de bacias hidrográficas que tenham programas de educação  
842 ambiental, de forma legal e que eles possam observar esses programas. E que  
843 eles tenham também todas as dimensões da sustentabilidade, não só  
844 ambiental, mas social, econômica, financeira, enfim, que eles sejam coerentes  
845 com a proposta de serem Centros de Educação Ambiental. Além disso, as  
846 orientações são muito abertas, porque os centros que existem agora podem  
847 olhar para as suas formas de ação e modificarem de acordo com essas  
848 orientações e aqueles que não têm podem fazer e novos centros podem  
849 adotar. O terceiro item que eu gostaria de deixar claro é que é uma  
850 oportunidade muito grande de diálogo entre esses centros e de melhoria  
851 desses centros por meio do diálogo. Nós sabemos que em educação,  
852 professores e tal aprendem muito no diálogo e no diálogo da troca de

853experiências entre eles e que o Ministério do Meio Ambiente colocaria e  
854publicizaria essas experiências dos centros que estão relacionados, que  
855usaram as diretrizes dessa recomendação, no site para publicar e deixar mais  
856ampla a divulgação dessas experiências. É isso com relação aos Centros de  
857Educação Ambiental. Muito obrigada.

858

859

860**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom, pessoal,  
861então, algum complemento, algum esclarecimento? Podemos encaminhar,  
862então? É uma recomendação, nós vamos então... Os que estiverem de acordo,  
863por favor, se manifestem erguendo seus crachás e braços. Crachá sem braço  
864também é difícil, não é? Os que são contrários, por favor, se manifestem. As  
865abstenções? Então, está encampada a recomendação. Bom, vamos agora  
866para as moções, nossos momentos de emoções. Pois não.

867

868

869**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Consignar que a recomendação do Ministério da  
870Saúde com relação aos parâmetros a serem estabelecidos, prazo de dois anos  
871está sendo elaborado o texto, eu queria uma orientação sobre quando entra  
872isso, de que forma.

873

874

875**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Podemos  
876deixar para a próxima reunião já com mais detalhamento.

877

878

879**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Isso pode ser pautado já, consignado no  
880momento?

881

882

883**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
884**DCONAMA)** – A recomendação tem que tramitar pelas Câmaras Técnicas. Eu  
885acabei de verificar. Então, aí é o procedimento normal, você dá entrada no  
886CONAMA, tem parecer das áreas técnicas do Ministério e das suas vinculadas,  
887tramita na Câmara Técnica respectiva e depois vem para Plenária, é todo um  
888processo.

889

890

891**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom, nós  
892vamos então para as nossas 5 emoções agora, vamos começar com a  
893primeira. Perdão. A Samira está me orientando que a Adriana vai conduzir a  
894leitura e o convite para que os relatores se pronunciem.

895

896

897**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
898**DCONAMA)** – Então, a primeira moção é uma que pede a análise, pelo  
899CONAMA, da definição de vazões mínimas remanescentes e o que ela pede?  
900A suspensão da votação da proposta de Resolução que estabelece diretrizes

901gerais para definição de vazões mínimas a ser votada pelo CNRH até que o  
902CONAMA aprecie a matéria. Essa proposta já estava na pauta da plenária cem  
903e teve o pedido de vistas por parte da Ana. Então, Maurício vai fazer o relatório  
904do seu pedido de vistas, já que o proponente dessa moção já apresentou na  
905Plenária passada, mesmo que aí que a Lisiane vá complementar em seguida.

906

907

908**O SR. MAURÍCIO ANDRÉS RIBEIRO (ANA)** – Bom dia. Gostaria de me  
909apresentar, eu sou Maurício Andrés, representante da Agência Nacional de  
910Águas. Na última reunião plenária do CONAMA nós pedimos vista a esta  
911moção e elaboramos um relatório que foi encaminhado ao CONAMA e  
912basicamente vou falar sobre as linhas gerais dele aqui. Em primeiro lugar,  
913antes de passar ao relatório, queria valorizar a importância de Conselheiros do  
914CONAMA terem focalizado esse assunto, estarem atentos ao que está  
915acontecendo no CNRH e trazerem essa preocupação aqui para dentro, porque  
916essa questão da integração, a gestão de recursos hídricos, a gestão ambiental,  
917a articulação do Conselho Nacional do Meio Ambiente com o Conselho  
918Nacional de Recursos Hídricos é da maior importância. Então, quanto a isso  
919estamos todos de acordo. O que nos levou a pedir vista a essa moção foi a  
920maneira como foi proposta essa integração nesse caso, suspendendo lá no  
921CNRH uma votação que já estava com um trâmite, já tinha passado por várias  
922Câmaras Técnicas e um pouco subordinando a decisão do CNRH a essa vista  
923pelo CONAMA. E isso que nos fez pedir vista dessa moção. Eu queria só  
924lembrar, hoje nós acabamos de votar aqui, há poucos minutos atrás, uma  
925proposta de Resolução que revê a 357 e que é da maior importância ao  
926CONAMA exercendo a sua competência, um tema relacionado às águas e que  
927vai ajudar a melhorar a gestão, o controle ambiental, referentes às águas, à  
928qualidade das águas etc. Da mesma forma como o CONAMA hoje votou essa  
929proposta aqui, ele já fez também cinco outras propostas no mínimo que estão  
930citadas aqui no nosso relatório, que são também da maior importância para  
931essa integração maior da gestão ambiental com a gestão de recursos hídricos.  
932Eu lembraria aqui a própria 357 que foi votada em 2005, que definiu  
933classificação de corpos de água, diretrizes ambientais de enquadramento,  
934houve também duas propostas de Resolução aprovadas aqui no CONAMA,  
935para simplificar o licenciamento ambiental de aterros sanitários e de estações  
936de tratamento de esgoto de pequeno porte, o que foi um gesto do CONAMA,  
937no sentido de aceitar o investimento em saneamento com repercussões  
938positivas na qualidade das águas. E também o CONAMA votou a Resolução  
939396 de 2008, sobre classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento  
940de águas subterrâneas. Então o CONAMA também exercendo seu papel aí em  
941relação à questão das águas subterrâneas. E por fim, em 2009, a Resolução  
942420, que também dispôs sobre valores orientadores de qualidade do solo  
943quanto a presença de substâncias químicas e também estabeleceu diretrizes  
944para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas. Também uma  
945Resolução com uma repercussão muito positiva para a questão das águas  
946subterrâneas. Isso foram ações desenvolvidas no CONAMA. No CNRH  
947também houve gestos nessa direção, eu mencionaria duas Resoluções aqui, a  
948primeira delas a Resolução 65 de 2006 que estabeleceu diretrizes de

949articulação dos procedimentos de outorga e de licenciamento ambiental. Foi  
950nesse caso o CNRH atuando no sentido de promover uma melhor articulação  
951desses dois instrumentos, a outorga, a gestão de recursos hídricos e o  
952licenciamento ambiental. Da mesma forma, o CNRH, em 2008, aprovou uma  
953Resolução lá de 91, também sobre procedimentos do enquadramento de  
954corpos de águas superficiais subterrâneos. Então, nesse caso, foi o CNRH  
955atuando sobre um instrumento importante que é o enquadramento de corpos  
956d'água, o instrumento ponte entre a gestão ambiental e a gestão de recursos  
957hídricos. Então o que eu queria mostrar com esses exemplos aqui, tanto o  
958CONAMA quanto o CNRH têm exercido nas suas respectivas competências  
959esse trabalho de procurar articular e integrar essas duas políticas. Isso às  
960vezes é feito de uma forma silenciosa, um pouco invisível e aí aqui até uma  
961oportunidade valorizarmos o fato disso estar acontecendo nesses dois  
962Conselhos. Então, concluindo aqui no nosso relatório, o que eu queria trazer  
963aqui é o seguinte, que não é, pode ser feita essa integração e articulação sem  
964hierarquizar um colegiado em detrimento do outro, sem interromper o fluxo de  
965tramitação de proposta, de Resoluções, sem causar uma interferência  
966inoportuna de um colegiado sobre o outro. O que ocorreria se essa proposta de  
967moção fosse aprovada. Então, nesse sentido, o nosso relatório propõe pela  
968rejeição dessa moção e propõe ainda uma, visando atender essa necessidade  
969maior de conhecimento sobre a importância de articular a gestão ambiental e a  
970gestão de recursos hídricos, que possa ser realizada numa próxima Plenária do  
971CONAMA ou alguma reunião de Câmara Técnica também, uma apresentação  
972sobre o tema de vazões mínimas remanescentes que é um tema que cabe ao  
973CNRH regulamentar. O CNRH não está tratando de vazão ecológica, vazão  
974ambiental porque isso é uma competência da área ambiental, ele está tratando  
975de vazão mínima remanescente. Então acho que no sentido de esclarecer as  
976diferenças entre um conceito e outro, seria, não caberia fazer isso aqui agora,  
977seria muito importante que esse assunto fosse trazido ou numa próxima  
978plenária, ou em alguma Câmara Técnica do CONAMA que tivesse interesse  
979em aprofundar sobre esse tema, por exemplo, da vazão ecológica. Então,  
980nosso relatório é esse, pela rejeição da moção e por se promover uma  
981apresentação que possa esclarecer a diferença entre esses dois Conselhos.  
982Obrigado.

983

984

985**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Nós vamos dar  
986uma fala para ela que é a proponente para se manifestar no sentido contrário  
987para que depois nós encaminhemos a votação.

988

989

990**A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (MOVER)**– Vou pedir que projetem a argumentação  
991em favor da proposta que nós estamos realizando, pelos consideramos a  
992seguir. Primeiro, para muito espanto nosso que a própria Agência Nacional da  
993Água pediu vista da moção, já conhecendo, era fácil ler na hora e nós termos  
994discutido isso no mesmo dia, mas enfim, então, me pareceu uma estratégia de  
995pedir vistas para driblar o prazo, porque nós estamos pedindo uma moção em  
996regime de urgência porque ia ser votado em dezembro, logo, ao pedir vistas,

997esse prazo iria ser vencido. Como existe essa boa articulação, pelo menos por  
998parte da sociedade civil entre o CONAMA e o CNRH, lá também foi pedido  
999vista, logo isso de ter pedido o prazo, ter perdido o objeto não mais pode ser  
1000considerado aqui porque vai novamente para uma decisão, vai ser considerado  
1001na próxima reunião, não foi votado no CNRH. A segunda que a estratégia é  
1002usar termos distintos para o mesmo efeito prático. Vazão mínima  
1003remanescente, segundo um trabalho até de conhecimento da CPOAR no  
1004CNRH, segundo a URGs, foi pego a URGs, a CEMA a (...) Conservence a  
1005FEMA e quem trabalha e se apresentado é tratada como sinônimo de vazão  
1006residual e vazão ecológica. Então, nós estamos usando termos distintos para o  
1007que na prática é o mesmo. A terceira estratégia de omitir informações. No  
1008parecer que foi apresentado, que ficou disponível na Internet, no CONAMA,  
1009letra, a) cita a 28ª reunião conjunta, mas não informou que essa reunião foi  
1010solicitada, nessa apresentação foi solicitada a apresentação do famoso  
1011hidrograma ecológico. Então, a própria reunião solicitou essa apresentação. Aí  
1012houve, o que não foi mencionado, uma 29ª reunião conjunta, onde esse tema  
1013foi retirado de pauta e ainda não informa que houve uma 30ª reunião onde  
1014nada foi encaminhado. Ou seja, essa articulação que deveria ter sido mais  
1015ênfaticada na reunião conjunta entre as câmaras afetas do CNRH e do  
1016CONAMA não chegou a termo. Uma coisa que deveria acontecer, não  
1017interessa o tempo que se levasse. Então, mais uma vez prova que deve tanto  
1018as duas câmaras acharam que deveria haver essa articulação até para  
1019atendimento ao Plano Nacional de Recursos Hídricos e o Plano Nacional de  
1020Meio Ambiente, haver essa articulação física, presencial que não chegou a  
1021termo e não foi mais também ensejado. Quarta estratégia de empurrar para  
1022frente. No parecer, os aspectos relativos à biodiversidade e a participação dos  
1023atores sociais, coisa que nós colocamos em cheque, podem ser contemplados  
1024nos Planos de Recursos Hídricos e no enquadramento de corpos de água,  
1025podem, não devem. E o parecer delega um futuro incerto a obrigação de  
1026proteger os ecossistemas do presente, ou seja, fazemos uma proposta de  
1027Resolução no CNRH que põe a vazão remanescente mínima, para usos  
1028múltiplos e delega ao futuro, aos planos, às articulações futuras a proteção  
1029daqueles ecossistemas que hoje vão estar sofrendo com essa vazão mínima  
1030remanescente. Ainda, essa variedade de articulações também foi colocada no  
1031parecer, são insuficientes para justificar os danos ambientais que serão  
1032causados com a validação da proposta de vazão mínima remanescente, que  
1033comprovadamente não atenderá aos usos múltiplos da água. Nós vamos  
1034contar todos os múltiplos, nós saberemos que esse padrão, com a falta de  
1035critérios que existe na proposta, não existe um valor sequer colocado, fica tudo  
1036ao outorgante, não vai ser possível. E paradoxalmente o parecer concorda com  
1037o que foi colocado na nossa moção que ausência de critérios e indicadores  
1038biológicos nem seria possível essa proposta, já que não é atribuição exclusiva  
1039da área de recursos hídricos, mas uma contribuição conjunta com a área  
1040ambiental. No próprio parecer enfatiza que tem que ser uma atribuição  
1041conjunta, não uma coisa agora e outra depois. Por fim, um exemplo bastante  
1042ilustrativo, verídico, seria a Barragem de Tucuruí, Tocantins, onde a vazão  
1043deixada, durante as estiagens é ainda maior do que a vazão afluente no  
1044reservatório, só que mesmo assim nós tivemos uma redução em volume de 10

1045espécies de peixes, antes considerados comuns na área. Com essa  
1046argumentação nós deixamos bem claro a necessidade, a importância de nós  
1047suspendermos, não é tirar a delegação da CNRH, não é tirar a importância,  
1048não é nada disso, é simplesmente o cumprimento de uma necessidade, de  
1049uma obrigação proteção ao meio ambiente. A vazão mínima remanescente, na  
1050verdade, vai se confundir com a vazão ecológica ainda inexistente. Nós  
1051precisamos estudar isso mais a fundo e não deixar que órgãos municipais, que  
1052vão acabar tendo algum prejuízo com isso e órgãos estaduais que não têm  
1053uma infraestrutura, não têm critérios, não tem bio indicadores no momento  
1054façam como bem entender. É uma dificuldade, é um ônus, uma obrigação para  
1055esses entes que não vão ter nenhum parâmetro para poder, tomada de  
1056decisão. Recomendo inclusive, atendendo à representante da Ana, que aqui  
1057nesse plenário, aprovando essa moção extremamente recomendada, nós  
1058passemos a trabalhar uma apresentação aqui em plenário sobre hidrograma  
1059ecológico, porque até o mesmo o conceito de vazão ecológica é insuficiente  
1060para garantir a proteção dos ecossistemas aquáticos. Não tem nem vazão  
1061mínima remanescente, nem vazão ecológica, mesmo que fossem termos  
1062distintos, conceitos distintos, seriam suficientes para que nós pudéssemos  
1063aprovar alguma coisa. Então, pedimos a aprovação da moção.

1064

1065

1066**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Nós temos as  
1067duas posições já colocadas. A posição da Ana, uma fala só para cada, nós  
1068temos várias moções para discutir, não vamos abrir exceção hoje. Muito  
1069emoção, muita emoção. Nós vamos encaminhar então para ver o  
1070encaminhamento sobre a votação. Eu pediria aos que forem a favor da rejeição  
1071da moção nos termos apresentados pelo relator da Ana, que se manifestem,  
1072por favor. Os que forem pela manutenção da moção nos termos apresentados  
1073pela proponente. Mais ou menos dois; dois e meio para um pela rejeição da  
1074moção. Vamos à próxima moção.

1075

1076

1077**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (MOVER)** – Senhor  
1078Presidente, as moções elas têm um propósito a mais do que ser rejeitadas ou  
1079aprovadas. Existem alguns assuntos como esse que acabou de ser discutido  
1080que ele invoca não um posicionamento de aprovação, mas necessidade de  
1081discussões que é o que o caso atual especifica, que envolve sustentabilidade,  
1082que envolve o contexto total, cuja oportunidade do plenário ouvir é muito  
1083importante como um aspecto político de entender a questão, não com uma  
1084rejeição. Então, eu peço senhor, entende, respeito a sua posição, mas que  
1085esse espaço seja resguardado para que nós possamos possa criar um diálogo  
1086construtivo.

1087

1088

1089**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Na verdade,  
1090em relação a esse ponto específico, na fala do Dr. Maurício Andrés apareceu  
1091esse compromisso, mas esse compromisso já desmoralizado foi pelas  
1092menções que ela fez. O compromisso que estamos assumindo aqui é de fazer

1093essa discussão e trazer essa discussão para o CONAMA, é claro que estou me  
1094beneficiando do fato de estar chegando agora e estou propondo encaminhar  
1095essa discussão. Mas eu concordo plenamente. Esse assunto tem um déficit de  
1096discussão, tem alguns entendimentos parte são técnicos, parte são de natureza  
1097política, é natural, mas nós vamos enfrentar a discussão e nós vamos ver como  
1098enfrentar essa discussão no CONAMA, nos termos propostos pelo Maurício e  
1099demandados pela Lisiane, só que vamos ver a forma melhor de fazer isso, mas  
1100não podemos fugir não e eu agradeço a colocação e assumo o compromisso,  
1101na próxima reunião trazer esse assunto, num formato adequado que nós  
1102vamos verificar qual que é porque o problema, nós aprovarmos ou rejeitar não  
1103vai mudar o problema. Vamos em frente. Na segunda acho que houve uma  
1104evolução dos acontecimentos aí em relação ao processo, passo para a Adriana  
1105e para o Donizete a palavra.

1106

1107

1108**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1109**DCONAMA)** – A próxima recomenda o uso do termo floresta pelo Ministério do  
1110Meio Ambiente somente em formações florestais. Donizete é o autor da  
1111proposta.

1112

1113

1114**O SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Obrigado senhor  
1115presidente, senhora diretora, senhoras e senhores conselheiros. Essa proposta  
1116houve um avanço aí de uma articulação junto com o Ministério do Meio  
1117Ambiente e nós propomos a exclusão do terceiro parágrafo das  
1118recomendações. Por favor, descer ao final da.... Que o Ministério do Meio  
1119Ambiente elabore... Esse aí é para excluir esse parágrafo, esse foi o acordo  
1120que foi feito com o Dr. João de Deus para que nós possamos ter um  
1121entendimento adequado no Ministério, uma vez que ele entende que não é  
1122necessário um novo manual técnico, que o manual técnico que já existe deve  
1123ser observado pelo Ministério para que sempre que fizer uma designação do  
1124termo floresta, atendendo a todo tipo de vegetação, que o Ministério tenha uma  
1125preocupação de observar as diversas vegetações que ocorrem no Brasil, para  
1126que alguns tipos de biomas e de fitofisionomias não sejam incorporados por  
1127esse tema, floresta, sendo que os pampas sulinos, parte do cerrado; fiz  
1128questão que todos recebessem esse cartaz que eu quero que Daniel me ajude  
1129aqui, é para mostrar a todos vocês que o cerrado, por exemplo, tem três tipos  
1130de formações florestais, que é a formação florestal, a formação savânica e a  
1131formação campestre. Então tem três tipos de formações vegetais, florestal,  
1132savana e campestre, ou seja, quando tratarmos da formação florestal, está  
1133falando somente de parte da vegetação do cerrado e assim, eu gostaria que  
1134todos vocês observassem isso, que nós temos, já que nós temos a  
1135biodiversidade tão grande no País, que nós valorizemos todas essas  
1136diversidades, desde os pampas sulinos ao Pantanal e assim por diante. O  
1137próprio Pantanal também tem citações diferenciadas, porque não tem  
1138formações florestais, ele também tem formações que são campestres lá  
1139naquela região. Então, nós precisamos cada vez mais valorizar, todas essas  
1140vegetações que ocorrem no Brasil e também para não ter uma exclusão nesse



1141 processo. Uma das ações para que nós não tenhamos situações como essa  
1142 que ocorreram, lá não tem nada, só tem cerrado. O cerrado é extremamente  
1143 importante, como eu já falei, nós temos 12.356 espécies de plantas no cerrado,  
1144 muito desconhecidas ainda, necessitam ser estudadas e nós recomendamos a  
1145 aprovação dessa moção para que cada vez mais se evidencie as diferenças no  
1146 Brasil e conseqüentemente valorize todo o nosso patrimônio nacional.  
1147 Obrigado.

1148

1149

1150 **SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (CPRH)** – Pela ordem, Sr. Presidente e  
1151 senhores Conselheiros bom dia, e agradecendo desde já a manifestação de  
1152 cumprimento eu acredito como prova de amizade e incentivo. Gostaria,  
1153 enquanto membro do CONAMA e presidente da Câmara Técnica de Assuntos  
1154 Jurídicos, atentar para o fato do encaminhamento de moções que são levadas  
1155 a plenário, portanto não passam em câmaras, mas que vêm como moções que  
1156 recomendam. No nosso Regimento é bem sabido que existem moções, e  
1157 existem recomendações e ao discorrer aqui de algumas falas eu percebi que  
1158 esta moção vai recomendando e já entramos nos incisos decorrentes dela  
1159 como se recomendações fossem que têm outro peso, que tem outro valor.  
1160 Assim a tratar de uma forma escorreita às decisões desse Conselho, me  
1161 parece previdente que tomemos aí essa observação. No encaminhamento são  
1162 moções, moções de protesto, moções de pesar, moções de agradecimento,  
1163 mas que recomendações que têm um peso determinante sejam observadas  
1164 dessa forma uma vez que previsto regimentalmente. (*palmas*).

1165

1166

1167 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1168 **DCONAMA)** – Só um esclarecimento então aqui por parte do DECONAMA.  
1169 Esse documento apresentado pelo Donizete como ele já estava pautado ele  
1170 veio em PDF, então nós não conseguimos modificar agora, mas uma vez feita  
1171 essa exclusão do parágrafo, nós vamos anotar e dar e fazer essa exclusão  
1172 posteriormente.

1173

1174

1175 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Vamos em  
1176 frente então. Ouve um acordo aí do Donizete como João de Deus.

1177

1178

1179 **SR. DONIZETE JOSÉ TOKARSKI (ECODATA)** – Eu agradeço aqui a  
1180 colaboração do colega que antecedeu, e de fato precisamos sempre ter um  
1181 apoio jurídico aqui. Mas então eu gostaria de sugerir que ao invés de valor  
1182 recomenda, propõe e encaminhamos assim e possamos dar seqüência a essa  
1183 ação. Fica lá propõe e suprime o terceiro parágrafo.

1184

1185

1186 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Nós vamos  
1187 então encaminhar essa discussão para os termos em que o Donizete, João de  
1188 Deus e o Hélio entendimento, mas vamos mudar o tratamento aí desse aprova

1189ou rejeita. Vamos para a próxima. Tem que ter a votação da aprovação dessa  
1190moção nos termos a serem detalhados, depois como foi explicado pelo  
1191Donizete com a ponderação do Hélio. Enfim então encaminhando os que são a  
1192favor da aprovação dessa moção, por favor, se manifestem. Os que forem  
1193contrários, e os que se abstém. Aprovada a moção. *(Palmas!)*.

1194

1195

1196**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1197**DCONAMA)** – A próxima moção é da FURPA, recomenda a intervenção  
1198federal mediante ação do IBAMA e da Polícia Federal em APP e reserva legal  
1199na serra vermelha, no Piauí.

1200

1201

1202**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Pediria que o  
1203IBAMA, a FURPA...

1204

1205

1206**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu queria que  
1207projetasse aí, houve uma modificação ao invés de intervenção, ação federal  
1208com a participação exatamente do IBAMA, Polícia Federal, Ministério do Meio  
1209ambiente na região da serra vermelha, por quê? Lá foi inclusive ação da Polícia  
1210Federal na operação mercadores, onde foi constatado foram presos até os  
1211juizes da comarca de Parnaguá e mais uns 30 grileiros de terra que estão  
1212usando de forma predatória aquela região ali do entorno da serra vermelha,  
1213vários municípios para produção de carvão vegetal e a Polícia Federal  
1214constatou que tem realmente esse crime e o IBAMA, no caso estaria até  
1215carente de mais pessoal para fazer uma ação mais forte. O Ministério Público  
1216Federal há uns 15 dias está entrando com uma Ação Civil Pública, cobrando do  
1217Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA uma intervenção forte naquela região.  
1218Então o que nós estamos aqui fazendo o que? Pedindo, reforçando que deve  
1219chegar a qualquer hora o CONAMA já recomendando ao IBAMA, Ministério do  
1220Meio Ambiente, para fazer com a Polícia Federal uma visita forte para intervir  
1221naquela grilagem da terra e utilização para carvoaria. Isso foi objeto até a uns 2  
1222meses a Rede Globo através do globo natureza, mostrou a quantidade de  
1223carreta saindo da região levando carvão para o pólo de siderúrgica de Minas  
1224Gerais. Então, é necessário sexta-feira que passou eu recebi telefonemas do  
1225município chamado Avelino Lopes, dizendo que a situação estava  
1226incontrolável, saindo carreta toda hora, com 30 toneladas de carvão que agora  
1227eles criaram até um fato novo, que eu disse para vocês rápido não foi à bolsa  
1228de Tóquio, não foi à bolsa de Nova York foi à bolsa do carvão, que custava  
1229sexta-feira uma tonelada R\$ 480,00. Então, é um negócio muito bom, imagina  
1230uma carreta levar 30 toneladas, está levando 15 mil reais só de carvão, uma  
1231filidade passa lá na cidade do nosso companheiro ali do Bioeste, em barreira  
1232da Bahia as carretas estão se abastecendo para irem para Minas Gerais. Então  
1233precisamos dessa intervenção do IBAMA, da Polícia Federal não é uma  
1234intervenção federal, é uma ação federal mais forte.

1235

1236

1237**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Lembrando  
1238uma fala no sentido contrário, lembrando que houve modificação nos termos  
1239ao invés de propor intervenção federal, a intensificação da ação do Governo  
1240Federal.

1241

1242

1243**O SR. FERNANDO IBIAPINA (CEMAR PI)** – Como foi observado ouve a  
1244apresentação da moção da FURPA e o direito de resposta do Piauí é em  
1245relação ao isso, é que no mês de novembro de fato, novembro de 2010 a  
1246Polícia Federal ela deflagrou operação mercadores com a finalidade de dar  
1247cumprimentem em Corrente Parnaguá Piauí, Barreiras Bahia e Governador  
1248Valadares Minas Gerais e Distrito Federal, a 10 mandados de prisão 4  
1249mandados de condução (...), 19 mandados de busca e apreensão, todos  
1250expedidos pelo Excelentíssimo Desembargador Luis Gonçalves Brandão de  
1251Carvalho no âmbito de inquérito judicial, no qual se investiga grupo criminoso  
1252especializado na grilagem de terras, falsificação documental, estelionato, venda  
1253de liminares em sentenças, trafico de influência, corrupção ativa e passiva.  
1254Dentre os presos empresários, lobistas e um advogado também um magistrado  
1255do Estado do Piauí. No entanto, os fatos noticiados durante a referida operação  
1256policial em nenhum momento fazem qualquer menção de casualidade entre a  
1257prisão dos envolvidos e alguma prática de crime em relação às terras da região  
1258da serra vermelha, situado na confluência dos municípios de Curimatá, morro  
1259do chapéu do tempo, Redenção do Gurgueia e Bom Jesus do Gurgueia no sul  
1260do Piauí. Do mesmo modo não tem qualquer procedência a informação de que  
1261na citada região se verifica o maior desmatamento voltado para a produção de  
1262carvão vegetal e agronegócio. Trata-se de informações descabidas e vêm  
1263sendo repetidas pela referida ONG signatária da proposta da moção em  
1264apresso desde o ano de 2007, quando o projeto de manejo florestal sustentado  
1265denominado energia verde instalado naquela região foi definitivamente  
1266cancelado pelo IBAMA. Na verdade, todas as denúncias do suposto  
1267desmatamento e produção de carvão vegetal irregulares na citada região de  
1268toda a serra vermelha inexitem e são difundidas em diversos meios de  
1269comunicação, bem como apresentados juntos aos órgãos públicos como  
1270IBAMA, Ministério Público, Polícia Federal e CEMAR. Tem se verificado  
1271infundadas mesmo assim. O caso continua na pauta do dia numa clara  
1272demonstração em confundir o interesse ambiental com outros interesses de  
1273natureza pessoal ou de ordem político partidária. Vale registrar que num  
1274esforço em comum, envolvendo o Governo Federal por meio do MMA, ICMBio,  
1275Governo do Estado do Piauí, tendo à frente essa Secretaria de Estado do meio  
1276ambiente e recursos hídricos, em processo de negociação com as  
1277comunidades e os proprietários rurais da região que durou mais de 3 anos,  
1278culminou na in corporação de uma considerável área da região na área da  
1279serra vermelha, acrescentando cerca de R\$ 320.000 hectares ao parque  
1280nacional da serra das confusões buscando assim elevar o patamar da  
1281preservação do bioma caatinga para os almejados 10%. Por oportuno,  
1282esclarecemos os procedimentos da concessão dessas autorizações de  
1283supressão vegetal para uso alternativo do solo e de licenças ambientais para  
1284atividades agrícolas e a produção do carvão vegetal concedidos por esta

1285CEMAR, obedecendo exclusivamente aos atos normativos e regulamentares  
1286previsto na legislação ambiental vigente. Na observância das limitações do  
1287exercício do direito da propriedade para o cumprimento de sua função  
1288socioambiental. Por tudo que foi exposto manifestamos que mais veemente  
1289repúdio a proposta de moção da fundação do rio Parnaíba da FURPA  
1290apresentada de forma equivocada, ardilosa e sem qualquer fundamento que  
1291justifique sua pretensão no intuito de confundir os Conselheiros deste  
1292CONAMA, Nesse sentido a qualidade de representante do Estado do Piauí  
1293junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente eu proponho a rejeição da  
1294proposta da moção referida.

1295

1296

1297**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Só para  
1298esclarecer, mesmo com a reformulação introduzida de intensificação da ação  
1299federal a proposta é de rejeição?

1300

1301

1302**O SR. FERNANDO IBIAPINA (CEMAR PI)** – Sim senhor.

1303

1304

1305**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Não está  
1306aberta a palavra. Você já falou.

1307

1308

1309**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Mas eu queria  
1310esclarecer alguma coisa que ele tocou. Porque eu não toquei em nome de  
1311órgão, mas ele tocou em nome de órgãos eu queria apenas porque ele citou a  
1312fundação e eu não citei o Estado do Piauí.

1313

1314

1315**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Não vem ao  
1316caso. Por favor, por favor, quem é citado tem direito a réplica não é essa a  
1317conversa, tem a moção, foi apresentada a moção, foi apresentada a moção, foi  
1318apresentada a reformulação, foi apresentada uma proposta para rejeição da  
1319moção vamos em frente senão vamos ficar batendo boca aqui. Por favor,  
1320converse com ele em paralelo.

1321

1322

1323**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1324**DCONAMA)** – Acredito que não Soares, senão vamos entrar num  
1325procedimento de moção...

1326

1327

1328**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Nós não  
1329estamos julgando ninguém aqui, nós não estamos julgando as pessoas. Por  
1330favor, pessoal, veja bem vamos ser objetivos, a proposta da FURPA é muito  
1331clara, é intensificar a ação federal na região em função dos problemas que eles  
1332identificam. O governo do Piauí entendeu da forma que entendeu que foi

1333colocado aqui. Não nos interessa que essa discussão fique se transformando  
1334num bate boca de quem citou quem em que termos. Vamos discutir o  
1335problema, o problema é esse, a FURPA fez uma proposta de uma moção  
1336sugerindo a intensificação da ação federal na região. O Governo Federal do  
1337Piauí propõe pela rejeição, sugere e fala pela rejeição. Nós vamos encaminhar  
1338à votação então da proposta da moção da FURPA relacionada à intensificação  
1339da ação federal nos termos reformulados e redação em relação aos problemas  
1340identificados na região. Os que forem a favor da proposta da moção da  
1341FURPE, por favor, levantem os braços e os seus respectivos crachás. 18. Os  
1342que forem contrários à proposta da FURPA e que votam pela rejeição da  
1343moção? 17. Abstenções? Quem são as abstenções? Por favor, pessoal.  
1344Ministério se abstém 7. Está aprovada, vocês querem uma recontagem? Não,  
1345tudo bem, está aprovada a proposta nos termos reformulados de intensificação  
1346da ação do Governo Federal na região. Pois não.

1347

1348

1349**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Declaração de  
1350voto. Carlos Bucui PROAN São Paulo.

1351

1352

1353**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Sobre o voto  
1354que acabou de ocorrer?

1355

1356

1357**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Sim. Declaro que  
1358votei favorável à moção da FURPA porque ela retrata um espírito necessário  
1359do próprio CONAMA no sentido que ele acolha a percepção da sociedade nos  
1360processos de percepção sobre a gestão territorial federal, à medida que as  
1361entidades ambientalistas e outras entidades sociedade civil trazem para esse  
1362grande debate que é o CONAMA, a percepção sobre os problemas ambientais,  
1363nós temos a possibilidade de melhorar no SISNAMA, Sistema Nacional de  
1364Meio Ambiente nessa perspectiva e nesse sentido a vitória dessa moção  
1365demonstra que o CONAMA realmente percebe essa importância, que a  
1366percepção da sociedade deve ser incorporada a esse espírito do Conselho  
1367Nacional de Meio Ambiente. Obrigado.

1368

1369

1370**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Vamos em  
1371frente.

1372

1373

1374**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1375**DCONAMA)** – Próxima moção é uma moção de protesto contra a usina de  
1376carvão, a usina termoelétrica sul catarinense. Foi apresentada pelos sócios da  
1377natureza que não foi reeleita, mas a Lisiane Becker pelo que eu havia  
1378entendido vai fazer a defesa dessa proposta. Era isso que eu havia entendido.

1379

1380

1381 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Paulo Bracke.

1382

1383

1384 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**

1385 **DCONAMA)** – Região Sul então está bem.

1386

1387

1388 **O SR. PAULO BRACKE** – Bom dia a todos. Na realidade essa moção o Ingá...

1389

1390

1391 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**

1392 **DCONAMA)** – Só um minutinho. Você poderia se identificar?

1393

1394

1395 **O SR. PAULO BRACKE** – Paulo Brack do Ingá. Na realidade essa moção nós

1396 não tivemos assim a oportunidade de elaborá-la, porém do ponto de vista de

1397 mérito nos consideramos bem importante, inclusive no Rio Grande do Sul

1398 tivemos já um fato em relação as termoeletricas a carvão no caso a CANDIOTA

1399 que houve inclusive o IBAMA reconheceu também os dados relacionados a

1400 emissões, muito elevadas, 26 vezes até tanto particulares, como gases, como

1401 tanto NO<sub>2</sub>, SO<sub>2</sub> em fim uma quantidade de gases acima do permitido. Então o

1402 Ministério Público Federal recomendou que inclusive não fosse dada

1403 continuidade a (...) relacionada também à questão das emissões já muito

1404 elevadas, e nós consideramos também que Santa Catarina a situação é

1405 realmente bem grave e nós temos, é uma das 14 regiões mais poluídas do

1406 Brasil e nós consideramos essa moção do ponto de vista do mérito, até poderia

1407 propor aqui que se fizesse uma reavaliação em relação a essas termoeletricas

1408 a carvão, considerando inclusive a questão das emissões de gases de efeitos

1409 estufas em fim e pela construção de uma nova termoeletrica, considerando

1410 então que a situação da região já é crítica do ponto de vista de poluição, e

1411 ademais já existe a construção de uma nova termoeletrica. Então não sei como

1412 poderíamos encaminhar se do ponto de vista dessa proposta na íntegra ou do

1413 ponto de vista do mérito uma revisão dessas termoeletricas considerando a

1414 situação hoje dos gases de efeito estufa, mudanças climáticas, mudanças

1415 climáticas em fim e ao mesmo tempo também a USITEC que já precisaria ser

1416 feito toda uma reavaliação, não só das termoeletricas de Santa Catarina como

1417 das termoeletricas do Rio Grande do Sul considerando esses fatos que já

1418 levantei aqui.

1419

1420

1421 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Ceicilene,

1422 Minas e Energia.

1423

1424

1425 **A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Bom dia.

1426 Ceicilene do Ministério de Minas e Energia. Esse projeto está sendo discutido

1427 na região já tem um bom tempo, desde 2001, ele foi amplamente discutido pela

1428 Fátima, pelo Ministério Público de Criciúma e com seu comitê de bacia, foram

1429feitas várias sugestões de revisão do projeto essas revisões foram  
1430devidamente acatadas, a Fátima mencionou que em 2008 ela concedeu a  
1431licença prévia e no ano passado a licença de instalação. Então o nosso  
1432entendimento é que esse empreendimento está apto sim para operar. Com  
1433relação a um comentário da moção que fala que a região de Santa Catarina  
1434não necessita de energia, segundo levantamentos da operadora nacional do  
1435sistema elétrico, a NOS ela informa que a região sul ela tem uma forte  
1436dependência de energia das outras regiões do sistema interligado e segundo  
1437seus estudos de avaliações, estatísticas de situações severas de chuva, a  
1438oferta local não atende plenamente a demanda da região. Então, portanto  
1439presidente, nós recomendamos a não aprovação da moção. Gostaria de saber  
1440se de repente o governo do Estado de Santa Catarina a Fátima não tem  
1441alguma observação adicional a fazer?

1442

1443

1444**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Eu fui  
1445informado aqui de que nós vamos, que vai haver o pedido de vistas então ela  
1446vai ser retirada para vistas e nós vamos considerar numa outra oportunidade  
1447então. Em função da substituição o Paulo está pedindo vistas do processo em  
1448função da substituição também da organização que apresentou o pedido, nós  
1449vamos remeter para num outro momento. Bom, vamos ao ponto seguinte.

1450

1451

1452**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1453**DCONAMA)** – A seguinte é uma proposta de recomendação, que recomenda a  
1454não liberação de licença prévia pelo IBAMA para construção de 5 hidroelétricas  
1455na bacia do rio Parnaíba. A FURPA de novo é a autora.

1456

1457

1458**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Pois bem pessoal, o  
1459rio Parnaíba está projetado 5 hidroelétricas desde Uruçui, Ribeiro Gonçalves,  
1460Floriano, Amarante cujas 5 juntas só produzirão 425.000 quilowatts, dessas 5  
1461tem delas até de 54 quilowatts pequenas e elas são tão pequenas que a  
1462Federação das Indústrias do Piauí em conjunto com a FURPA após uma  
1463audiência pública para avaliar o EIA/RIMA dos empreendimentos, se  
1464posicionou também contrário. O setor econômico do Estado, através da FIEP  
1465se pronunciou contrário, considerando que os custos benefícios não  
1466justificariam um empreendimento daquela natureza e muito mais impactos  
1467socioambientais do que socioeconômico. Então a própria FIEP e a fundação rio  
1468Parnaíba entregaram ao IBAMA do Piauí na época da audiência pública um  
1469documento contestando, primeiro, as 5 hidroelétricas não foram contempladas  
1470eclusas para garantir a sua navegabilidade, não tinha a escada dos peixes as  
1471populações ribeirinha foi subestimada pela quantidade de moradores que  
1472seriam afetados, e com isso considerando os impactos econômicos e sociais a  
1473FIEP com a FURPA consideraram inviável ecologicamente e economicamente.  
1474Por essa razão foi pressionado por algum setor no mês de dezembro, estava  
1475previsto um leilão da ANEEL, colocaram duas e eu disse ninguém vai querer  
1476comprar essas hidroelétricas porque são duas lamparinas que não vai gerar

1477quase energia, vai gerar muito impacto. Forçaram a barra no dia 17 de  
1478dezembro a chefe levou ao leilão duas delas e ninguém quis comprar. Então  
1479eles viram a inviabilidade econômica dos empreendimentos. Então o setor que  
1480deveria ter se habilitado para comprar as hidroelétricas não quiseram e a  
1481sociedade, a própria FIEP já tinha advertido. Então por isso é que nós estamos  
1482levando a esse plenário à proposta para o Ministério do Meio Ambiente e o  
1483IBAMA não liberar em a licença prévia, até porque o EIA/RIMA não  
1484apresentaram os estudos alternativos, alternativa tecnológica conforme a  
1485resolução 086 do CONAMA, economicamente não tem ninguém, nenhuma  
1486empresa que queira assumir. Então por que manter propostas que nem o setor  
1487privado se interessou? Então a nossa proposta é que não seja liberada essa  
1488licença prévia.

1489

1490

1491**A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Ceicilene  
1492Ministério de Minas e Energia. Esses 5 aproveitamentos hidroelétricos eles  
1493fazem parte do programa de aceleração do crescimento em total geram 460  
1494megas, são empreendimentos importantes para o país e para o Estado do  
1495Piauí e do Maranhão. Esses projetos estão sendo incessantemente sendo  
1496discutidos como IBAMA tanto que o IBAMA já fez várias solicitações de  
1497complementação de estudos que foram entregues e atendidos, assim como a  
1498Ana também e já foram emitidas duas licenças prévias para 2 desses  
1499aproveitamentos e outros 3 estão sendo analisados. Há algumas observações  
1500na moção que precisam ser melhor esclarecidas, os projetos eles prevêm tem  
1501uma área de reserva para as eclusas então existe uma previsão do transporte  
1502fluvial ali naquele trecho da bacia do rio Parnaíba, não são 40.000 pessoas  
1503atingidas e sim em torno de 14 mil, 15.000 pessoas, foram realizadas 5  
1504audiências públicas na região, foi feita uma avaliação ambiental integrada de  
1505bacia em todo o trecho da bacia, então, está sendo vamos dizer que muito  
1506estudada todas as questões ambientais e técnicas daqueles projetos. Com  
1507relação ao leilão, foi realizado um leilão ano passado para esses dois  
1508empreendimentos e tendo em vista a série de exigências ambientais para  
1509viabilização desse projeto, há princípio não houve interessado. Isso não quer  
1510dizer que com os demais aproveitamentos, aí sim as usinas se tornam atrativas  
1511economicamente. Por isso que nós, por esses motivos solicitamos que essa  
1512moção seja rejeitada.

1513

1514

1515**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Vamos  
1516encaminha para votação. Vulney, não podemos...

1517

1518

1519**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – São dois aspectos, um aspecto é  
1520mais geral que acho que é importante de, temos que tomar mais um pouco de  
1521cuidado com essas construções críticas ao licenciamento que ele é um  
1522instrumento fundamental dentro da Política Nacional, ele tem melhorado muito  
1523os nossos projetos e se faz hoje em cima, já disse várias vezes aqui nesse  
1524espaço, se faz exigência ao licenciamento com muito além do que o



1525licenciamento foi feito que é para melhorar os projetos. De outro lado eu queria  
1526só registrar que não cabe à ministra liberar licença porque isso é competência  
1527do presidente do IBAMA. Então tem um erro básico dentro desse processo  
1528porque quem assina a licença é o presidente do IBAMA não é a ministra que  
1529libera. Então acho que já tem um vício de origem nessa moção que já justifica a  
1530sua remoção por esse aspecto.

1531

1532

1533**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Por favor. Já  
1534que falou dois, o segundo vai falar da posição da FURPA, correto? Você vai  
1535falar a favor ou contra? Por favor.

1536

1537

1538**O SR. RAFAEL FERREIRA FILIPPIN (AMAR – Região Sul)** – Senhor  
1539presidente, senhoras conselheiras e senhores conselheiros, em vista da  
1540celeuma que tem provocado aqui no plenário é de bom ouvinte que a proposta  
1541seja rediscutida, mesmo porque quando as moções chegam aqui de chofre no  
1542plenário não há tempo, nem condições de às vezes explicar com profundidade  
1543os fatos que levam a sociedade civil a submeter esse tipo de questão à  
1544apreciação de vossas senhorias. Por isso nós acreditamos que seria de bom  
1545alvitre retirar a proposta de pauta agora, pedimos vistas, reencaminhamos para  
1546os outros conselheiros as informações que são necessárias e teremos  
1547melhores condições de apreciar a matéria na nossa próxima plenária.

1548

1549

1550**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – PROAN pediu  
1551vistas e foi retirada a proposta para análise.

1552

1553

1554**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1555**DCONAMA)** – Pedido de vistas então só para ficarem registrados, quais são as  
1556entidades que fazem pedido de vista? Deixo, mas só preciso saber antes quem  
1557é que está pedindo vistas. PROAN, AMAR, INGÁ e o próprio Ministério de  
1558Minas e Energia pedem vistas, porque isso precisamos ter esse registro  
1559correto. Justificar pedidos de vistas, brevemente Bucui, por favor.

1560

1561

1562**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – É simples pessoal,  
1563é que ausência de uma avaliação ambiental estratégica ou de estudos de  
1564capacidade de suporte ambiental para determinadas regiões brasileiras, levam  
1565os licenciamentos a uma avaliação pontual e aí essa dificuldade encontrada  
1566pela entidade local. Então, o fato é que nós não temos esses instrumentos que  
1567permitam a sociedade cumprir o que está disposto na Constituição brasileira da  
1568avaliação ambiental, que é prévia e não póstuma é nesse sentido que temos  
1569que advogar a criação desses instrumentos para não permitir que as entidades  
1570locais e outras instituições tenham essas dificuldades para que passem. Por  
1571isso o pedido de vistas.

1572

1573

1574**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1575**DCONAMA)** – Então nós temos mais 5 moções apresentadas e 2 informes.  
1576Então fazer o pedido para que sejamos bem céleres, senão não vamos  
1577conseguir terminar a pauta.

1578

1579

1580**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – São 5 moções  
1581apresentadas aqui e que nós vamos trazer ao conhecimento de vocês para nos  
1582posicionarmos ou eventualmente ter outro encaminhamento. A primeira  
1583proposta de moção ao plenário do CONAMA refere-se à nomeação  
1584emergencial de analistas aprovados no concurso de 2008 do IBAMA, cujo  
1585prazo vence 16 de abril. Há um encaminhamento a proposta que se encaminhe  
1586uma moção do Ministério do Planejamento e a casa civil para que tenhamos a  
1587oportunidade de nomear 90 ou mais analistas do IBAMA. Não estou  
1588conseguindo ler direito aqui, mas estou vendo a Bioeste, a ABES e mais 3  
1589Organizações Não Governamentais encaminhando essa proposta. Algum  
1590esclarecimento? Os que são a favor do encaminhamento dessa moção, por  
1591favor, levantem seus braços e seus crachás. Os que forem contrários, por  
1592favor, levantem seus braços e crachás? Abstenções? Está aprovada essa  
1593primeira moção. A segunda moção é uma proposta de moção ao plenário,  
1594requerendo ao instituto Chico Mendes explicações a respeito da área de mais  
1595ou menos 300 mil hectares do Parque Nacional da serra das confusões ao sul  
1596do Piauí, sem inclusão da serra vermelha, considerada a mais rica em  
1597biodiversidade da região, a proposta é encaminhada pela entidade  
1598ambientalista da região nordeste e a fundação rio Parnaíba, FURPA. Francisco  
1599Soares. É uma moção pedindo explicações ao ICMBio. Nenhum problema.  
1600Bom, vamos lá, vamos votar. O Chico Mendes acata essa solicitação de  
1601explicações eu proponho aqui que na próxima reunião seja feita uma exposição  
1602sobre o assunto nos moldes do que vamos fazer em relação à questão do  
1603CNRH e do CONAMA, tudo bem? Então, vamos votar esse encaminhamento  
1604dessa moção. Os que estiverem de acordo, por favor. Os que são contrários?  
1605Então, aprovada também. A terceira moção recomendando ao Governo  
1606Estadual da Bahia e à Secretaria estadual de meio ambiente pela manutenção  
1607do processo de análise de licenciamentos ambientais no Conselho Estadual de  
1608meio ambiente. É uma proposta apresentada por um conjunto de entidades 12  
1609entidades basicamente da sociedade civil, envolvendo Bioeste, ponto terra,  
1610FURPA, INGÁ, ABES, AMAR. Eu pediria que uma dessas organizações. Daniel  
1611fizesse uma rápida defesa da proposta.

1612

1613

1614**O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE Nordeste)** – Primeiramente, para  
1615não cair do problema da outra que estava com o termo recomendação,  
1616sugerimos mudar o termo recomendação na ementa para propondo ao  
1617Governo do Estado da Bahia e Secretaria estadual de meio ambiente que  
1618mantenha o processo de análise dos licenciamentos ambientais no Conselho  
1619Estadual de Meio Ambiente. Viemos pedir isso porque está tendo nesse  
1620momento no Estado da Bahia, a reformulação da política ambiental e uma das

1621propostas dessa nova política é retirar do CEPRAN a apreciação de  
1622licenciamento ambiental. O CEPRAM não sei se todos sabem é o primeiro  
1623Conselho Estadual, o primeiro Conselho ambiental do país, ele foi fundado em  
162474 e a sociedade vem tendo um grande avanço e uma grande colaboração nas  
1625questões ambientais do Estado, e a sociedade civil acha muito perigoso deixar  
1626somente na mão de uma pessoa decidir todo o licenciamento e se tirar do  
1627plenário do CEPRAN principalmente as matérias que são submetidas ao  
1628CEPRAN que não são todos os licenciamentos, são só alguns. Então por esse  
1629motivo viemos pedir essa moção, propondo ao Governo essa manutenção pelo  
1630menos a nova política estadual de meio ambiente que deve ser votada que se  
1631mantenha o licenciamento ambiental sendo apreciado pelo CEPRAN.

1632

1633

1634**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Há alguma  
1635manifestação contrária?

1636

1637

1638**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1639**DCONAMA)** – Tem a manifestação contrária. Se identifique ao microfone, por  
1640favor.

1641

1642

1643**A SR<sup>a</sup> VANESSA (SMA BAHIA)** – Na verdade, a intenção de se retirar o  
1644caráter Licenciatório do Conselho Estadual da Bahia não é não dar vistas aos  
1645conselheiros e nem a diminuir a participação, ao contrário, hoje nós temos, os  
1646Conselheiros recebem 15 dias antes, isso está no Regimento recebem 15 dias  
1647antes a pauta com os relatórios para analisar o projeto realmente não são  
1648todos como o Daniel Bioeste falou, mas são projetos de grande potencial, onde  
1649analisado por uma equipe multidisciplinar e é passado para apenas um relator  
1650analisar todo esse processo. A proposta é que realmente eles participem  
1651durante todo o licenciamento na instituição e não que em 15 dias aprovem ou  
1652não o licenciamento. Foi colocado já isso para os Conselheiros para se analisar  
1653e se pensar uma forma realmente de participação durante todo o processo  
1654Licenciatório, e não apenas nos últimos 15 dias.

1655

1656

1657**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – É só  
1658complementando?

1659

1660

1661**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1662**DCONAMA)** – É porque é uma fala a favor e uma contra.

1663

1664

1665**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (CPRH)** – Nós estamos aqui na  
1666representação no Estado de Pernambuco, e até num apelo a plenária desse  
1667Conselho porque é sabido da atribuição, licenciamento ambiental como um  
1668gargalo do desenvolvimento. Se cada órgão ele primar pela transparência, pela

1669publicidade de seus atos, não vai precisar de maiores cuidados como alega o  
1670autor, de que isso precise sofrer modificação. Portanto somos contrários à  
1671moção dessa forma e apoio não só ao governo da Bahia, mas a quantos  
1672aqueles que vêm sem nenhuma desnecessidade.

1673

1674

1675**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Mover)** – Já que temos  
1676vamos complementar O princípio do SISNAMA, o princípio da inserção da  
1677sociedade nos processos licenciamento é extremamente benéfica ao próprio  
1678Governo. Quando se passa um licenciamento, um estudo de impacto ambiental  
1679numa representação onde tem a presença da sociedade isso dá uma  
1680legitimidade extrema ao processo, inclusive a pouca possibilidade da  
1681intervenção do Ministério Público no processo, da transparência aí sim  
1682transparência ao processo porque tem representantes lá dentro, além da  
1683publicação que deve existir. Então é extremamente conveniente que nós  
1684tenhamos conselhos fortes e atuantes para que possamos realmente cumprir a  
1685descentralização para estados e municípios tem que acontecer não só aqui no  
1686CONAMA essa transparência, em todos os conselhos estaduais e nos  
1687municipais. Não há que se ter medo desse aproveitamento, dessa  
1688transparência, dessa possibilidade quem tem razão. Não existe motivo para  
1689que isso possa deixar de acontecer. Então Somos favoráveis à que isso  
1690aconteça.

1691

1692

1693**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Uma questão  
1694de ordem vamos proceder à votação.

1695

1696

1697**O SR. BYRON PRESTES COSTA (MJ)** – A minha questão de ordem é no  
1698sentido de que, fique bem esclarecido de que isso aqui é um Conselho  
1699Nacional. Nós estamos aqui para resolver as coisas do interesse nacional. Não  
1700devemos e não podemos absolutamente interferir naquilo que é autonomia  
1701estadual. Se a Bahia tem interesse em discutir a matéria eu torço para que seja  
1702bem discutida em benefícios do meio ambiente, mas nunca haveremos nós de  
1703interferir naquilo que o Estado deve e pode estabelecer. Obrigado. (*Palmas!*).

1704

1705

1706**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Vamos  
1707encaminha a votação no sentido de verificar se há aprovação ou uma rejeição  
1708da proposta apresentada pelo conjunto de ONGs aqui, representada pela  
1709Bioeste. Os que são favores à recomendação pela ao Governo do Estado da  
1710Bahia pela manutenção do processo de análise licenciamentos ambientais, nos  
1711termos apresentados pelo Daniel, por favor, levantem seus braços e crachás.  
171210. Os que são contrários são pela rejeição da proposta. Rejeitada a proposta.  
1713Dr. Carlos o Sr. Faz questão?

1714

1715

1716 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Faço. É só para  
1717 uma questão de compreensão do que é intervenção em Estado e da  
1718 capacidade do Sistema Nacional do Meio Ambiente do SISNAMA, de se  
1719 aperfeiçoar, de implementar mecanismos de gestão. Na verdade nós não  
1720 conseguimos trabalhar com a perspectiva de aprimoramento contínuo do  
1721 SISNAMA e a possibilidade que o SISNAMA de se manifestar sobre a sua  
1722 autorga do licenciamento ambiental para o Estado seja perfeitamente  
1723 admissível, como autoconsciência do órgão maior nacional. Então eu queria  
1724 colocar em contra posição ao que disse o procurador, que isso sim deve ser o  
1725 elemento de crítica do Conselho Nacional.

1726

1727

1728 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom, vamos  
1729 em frente faltam apenas duas moções. A penúltima é uma proposta de moção  
1730 ao plenário no sentido de que se repudie a declaração do Ministro da  
1731 agricultura na reunião do Conselho, onde ele diz que a expansão da fronteira  
1732 agrícola para Maranhão, Tocantins, Piauí e oeste da Bahia não tem impacto  
1733 ambiental nenhum, isso porque segundo o Ministro, alega-se que o Ministro  
1734 teria dito que lá não tem nada só cerrado. Então a proposta apresentada  
1735 também por um conjunto de 11 ONGs inclusive a FONATURO, INGÁ, FURPA,  
1736 PROÁ, MOVER, SOS da Amazônia, Ponto Terra e Bioeste. Pois não.

1737

1738

1739 **O SR. VALTEMIR BRUNO GOLDMEIER (CNM)** – Eu gostaria de, em relação  
1740 ao encaminhamento que está sendo dado às moções, gostaria que houvesse  
1741 uma mudança em um encaminhamento de que antes de haver a discussão,  
1742 houvesse por parte da mesa a solicitação se vai haver pedido de vista ou não,  
1743 porque se houver pedido de vistas, não há necessidade de discutirmos o  
1744 assunto hoje.

1745

1746

1747 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1748 **DCONAMA)** – Eu fechei aqui o Regimento na hora que fala em moção, mas a  
1749 questão é que a moção pode ser apresentada no começo da reunião e  
1750 apreciada na mesma reunião. Isso realmente dificulta um pouco a  
1751 compreensão do texto, por isso passamos o texto ali na tela. E não tem muito  
1752 como prever, antes pelo menos da apresentação da discussão, se alguém vai  
1753 pedir vistas ou não. O que o Regimento impede é depois de começada a  
1754 votação não pode haver pedido de vistas. Eu entendo a lógica do teu  
1755 pensamento, mas acho que é difícil de executar isso, porque na hora que foi  
1756 feita a apresentação de posições contrárias e favoráveis, aí sim é que há a  
1757 intenção de alguém pedir vistas. O artigo no Regimento interno deixa eu só  
1758 falar qual é, é o parágrafo 3º, 2º e 3º do artigo 10, eles é que falam que as  
1759 moções não tramitam por Câmara Técnica, pode haver pedido de vistas e elas  
1760 podem ser apresentadas e votadas na mesma sessão.

1761

1762

1763 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Em relação a  
1764 essa proposta de moção do plenário de repúdio a declaração do ministro, há  
1765 algum pedido de vista? Bom, então, eu pediria que uma organização, por favor,  
1766 uma falasse pelo pedido de vista, pelo repúdio e outra pela rejeição.

1767

1768

1769 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE Nordeste)** – Nos apresentou  
1770 essa moção ao plenário, tendo em vista que um Ministro de Estado não pode  
1771 fazer tal declaração, essa declaração foi feita sim na reunião do Conselho,  
1772 onde ele fala que a expansão da fronteira agrícola para o Maranhão, Tocantins,  
1773 Piauí e oeste da Bahia não tem impacto ambiental nenhum, porque lá, segundo  
1774 o Ministro, não tem nada, somente cerrado. Só para esclarecer, o cerrado é o  
1775 segundo maior bioma brasileiro, estende-se por mais uma área de 2.045.64  
1776 quilômetros quadrados abrangendo 8 Estados do Brasil entre eles Minas  
1777 Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,  
1778 Piauí, Distrito Federal a região existe mais de 10 mil espécies de vegetais, uma  
1779 grande variedade de vertebrados terrestres e aquáticos num elevado número  
1780 de invertebrados, espécies ameaçadas como a onça pintada, o tatu canastra,  
1781 lobo guará, águia cinzenta, o cachorro do mato vinagre entre muitas outras.  
1782 Ainda tem populações significativas no cerrado reafirmando a importância do  
1783 seu ambiente ambiental. A biodiversidade e os recursos hídricos da região  
1784 ressaltado em quantidade e qualidade. Nas suas chapadas estão às nascentes  
1785 dos principais rios da bacia amazônica, da prata e do São Francisco. Os  
1786 estudos realizados no bioma indicam que ele corre um grande risco de  
1787 desaparecer até 2030, como foi mostrado para ontem mostrando como vem  
1788 vindo o desmatamento pelo cerrado. Hoje, dos 204 milhões de hectares  
1789 originais, 57 já foram completamente destruídos e metade das áreas  
1790 remanescentes estão bastante alteradas, podendo não mais servir aos  
1791 propósitos de conservação da biodiversidade. O desmatamento do cerrado é  
1792 alarmante chegando a 1, 5% ou 3 milhões de hectares ano. Isso equivale só  
1793 para os senhores terem uma idéia a 2, 6 campos de futebol por minuto é  
1794 derrubado de cerrado. Considerando que o Ministro de Estado não pode se  
1795 pronunciar de tal maneira sobre um bioma tão rico no nosso país,  
1796 encaminhamos essa moção de repúdio, pedindo uma retratação do Ministro e  
1797 que seja encaminhada essa moção tanta à Presidência da República dando  
1798 ciência à presidência e que haja essa retratação por parte dele, uma retratação  
1799 pública.

1800

1801

1802 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Alguém deseja-  
1803 se manifestar em relação à rejeição da moção? Nós vamos encaminhar então  
1804 a votação em relação a essa moção, mas eu queria a princípio solicitar que foi  
1805 registrado a abstenção do ministério. Os que forem a favor. Há pedido de  
1806 vistas? Então a moção vai ser objeto de pedido de vista por parte da  
1807 sociedade... Por favor, só peço que se identifique.

1808

1809

1810 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1811 **DCONAMA)** – Pelo setor florestal.

1812

1813

1814 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Bom, nós  
1815 vamos à nossa última moção, que é a proposta de moção apresentada para o  
1816 conjunto de ONGs também, envolvendo o assunto energia nuclear. É uma  
1817 proposta de moção ao plenário do CONAMA, no sentido do governo brasileiro  
1818 reavaliar o programa nuclear e o Ministério de Minas e Energia a Comissão  
1819 Nacional de Energia Nuclear, a Eletronuclear, o IBAMA e o Ministério do Meio  
1820 Ambiente apresentarem trimestralmente ao plenário do CONAMA um relatório  
1821 técnico conjunto das usinas nucleares de Angra 1, Angra 2 e a futura Angra 3,  
1822 detalhando que todos os processos de licenciamentos ambientais e as medidas  
1823 de segurança e de prevenção em caso de acidente nuclear. Eu pediria que o  
1824 Daniel falasse a favor da proposta de moção.

1825

1826

1827 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE Nordeste)** – Só uma questão de  
1828 ordem, porque assim a mesa já tinha colocado em votação quando foi feito o  
1829 pedido de vista. Você já tinha aberto pra votação.

1830

1831

1832 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1833 **DCONAMA)** – Você está falando da outra moção?

1834

1835

1836 **O SR. DANIEL MELO BARRETO (BIOESTE Nordeste)** – Da outra moção, a  
1837 mesa já...

1838

1839

1840 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Veja bem, a  
1841 única coisa que fiz foi registrar que em relação a esse assunto o ministério se  
1842 absteria de votar. Agora, nós não vamos entrar nas (...), por favor. Nós não  
1843 vamos voltar atrás no assunto anterior, estamos discutindo aqui a proposta de  
1844 moção relacionada à energia nuclear.

1845

1846

1847 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Essa moção com  
1848 relação à energia nuclear é um assunto que o mundo todo agora está revendo,  
1849 todos os países do mundo, todos os governos do mundo, inclusive do Japão,  
1850 da França, da Alemanha estão revendo seus programas nuclear, de energia  
1851 nuclear e acima de tudo eu só queria incluir aí que esqueci o Ministério de  
1852 Ciências e Tecnologia, obrigando que fosse incluído também o Ministério de  
1853 Ciências e Tecnologia as informações que eu tenho que o Ministério de  
1854 Ciências e Tecnologia é o responsável pela comissão nacional de energia  
1855 nuclear. Com isso, nós teríamos nesse plenário um conhecimento periódico do  
1856 que está se passando no projeto nuclear brasileiro, porque a imprensa  
1857 brasileira há uma semana noticiou que toda a Comissão de energia nuclear

1858teria sido exonerada em função de ter reatores em Angra 2 que nem  
1859licenciados estariam pelo IBAMA. Então, foi o motivo para o Ministro Aloísio  
1860Mercadante demitir todos, porque não admitia e não admite que uma coisa  
1861dessa natureza, de uma responsabilidade dessas ficasse assim. Então, acho  
1862que nós só vamos é ajudar ao Ministério do Meio Ambiente, ao Governo  
1863Federal, ao Ministério de Ciências e tecnologia, ao Ministério de Minas e  
1864Energia, à Comissão Nacional de Energia Nuclear, a Eletro nuclear, enfim, e a  
1865sociedade civil como um todo, sobre a questão da energia nuclear no Brasil. Há  
1866muitos estudos no mundo agora depois que aconteceu esse último desastre na  
1867China, nós aqui estamos próximos do maior acidente nuclear que tivemos em  
1868Goiânia, com 19 gramas de césio 137 morreram dezenas de pessoas, milhares  
1869ficaram contaminadas para o resto da vida. Então é uma precaução, Dr. Paulo,  
1870porque nós aqui somos o quê? Um cero da política ambiental desse País. Se  
1871nós aqui não tivermos preocupação e tomar conhecimento junto com o  
1872Ministério Público Federal, todos os Ministérios para que a população tome  
1873conhecimento do que está acontecendo. Se nosso projeto nuclear de fato é o  
1874mais moderno e mais seguro, porque há medo? Não há nenhuma preocupação  
1875de mostrar esse relatório para o Brasil e para o mundo todo, que o Brasil,  
1876Angra dos Reis, tem um projeto nuclear seguro. É isso que estamos colocando  
1877aqui para o Ministério de Minas e Energia. Não há nada a temer apenas um  
1878relatório, esse relatório vai oferecer essas informações que nós precisamos, o  
1879Brasil precisa, os filhos de Rio de Janeiro e São Paulo de toda região que faz  
1880parte. Há uma discussão muito grande que há o afastamento das populações  
1881de Angra 1, Angra 2 e Angra 3 vão muito próximas do raio da radioatividade  
1882estão recomendando 80 quilômetros, no Japão era 20 e 30 e a informação que  
1883temos que é muito perto que as populações temos abrigos subterrâneos?  
1884Queremos saber do Ministério de Minas de Ciência e Tecnologia. Temos  
1885estradas preparadas para escoar, evacuar a população em caso de acidente  
1886nuclear? Então o CONAMA só vai ajudar o governo brasileiro, a sociedade  
1887oferecendo essas informações. É isso dra<sup>a</sup> que nós precisamos.

1888

1889

1890 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Antes do  
1891Ministério de Minas e Energia, uma questão de ordem por gentileza.

1892

1893

1894 **SR. CLARISMINO LUIZ PEREIRA JUNIOR (ANAMMA)** – Presidente, na  
1895condição e senhoras e senhores Conselheiros, na condição de presidente da  
1896agência municipal de meio ambiente de Goiânia, como foi citado pelo eminente  
1897amigo Dr. Francisco Soares, o que aconteceu em Goiânia para os  
1898Conselheiros e Conselheiras mais jovens, foi um acidente radiológico, porque  
1899ainda imputa a Goiânia algum preconceito. então é necessário esclarecer nesse  
1900Conselho, que foi um acidente radiológico proveniente de um equipamento de  
1901medicina e que todos os rejeitos, inclusive dois terços dos rejeitos tidos como  
1902contaminados por radiologia não estão, não têm essa contaminação, mas  
1903estão num depósito hoje numa cidade já emancipada Abadia de Goiás, que  
1904naquela época fazia parte do município de Goiânia e que detalhadamente é o  
1905único depósito de rejeitos radioativos existentes no Brasil, mas que fique bem



1906claro, até por proposição minha à época, eu licenciarei colicenciarei junto com o  
1907IBAMA esse repositório, só pode obrigar rejeitos radioativos daquele acidente,  
1908em hipótese nenhuma não estou aqui manifestando nem contra nem a favor.  
1909Estou apenas esclarecendo, foi uma partícula de 17 gramas e creio que já está  
1910todo solucionado o problema.

1911

1912

1913**A SR<sup>a</sup>. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Tendo em  
1914vista a relevância da matéria e da proposição, o Ministério pede vistas.

1915

1916

1917**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Muito bem.  
1918Está previsto no Regimento, como nós vamos discutir e vamos ter um dia  
1919extraordinário de trabalhos só sobre o novo Regimento, eu sugiro que essa  
1920questão dos pedidos de vistas e da apresentação dos pedidos de moção seja  
1921revista. Nós estamos começando a ter uma utilização instrumental tanto dos  
1922pedidos das propostas de moção, quanto os pedidos de vistas. Temos a  
1923capacidade de desmoralizar esse instrumento. Acho bom no processo de  
1924revisão trabalhar essa discussão com cuidado. Não estou falando isso não é  
1925para nenhuma moção em particular e para nenhum período de vistas em  
1926particular, é para gente pensarmos isso com cuidado, porque as propostas  
1927estão assim, tem propostas aqui que sinceramente eu acho que precisa  
1928repensar estão dentro do espírito do CONAMA, e tem pedidos de vistas  
1929também que precisamos avaliar, vamos pensar com cuidado na revisão do  
1930estatuto, do Regimento como podemos usar esse instrumento melhor.

1931

1932

1933**O SR. JOAO CARLOS D CARLOS (CNA)** – Eu queria fazer um pedido aos  
1934colegas que propõem moção também não vou entrar em mérito de uma moção.  
1935É uma questão de ordem, que as pessoas que estão propondo moções e que a  
1936mesa que recebe essas moções, avaliem se realmente é uma moção ou não,  
1937de várias moções apresentadas aqui observamos erros quando coloca uma  
1938moção de recomendação, ou então quando coloca a palavra moção mesmo  
1939assim continua sendo uma recomendação, porque o Regimento interno é claro  
1940quando diz o que é uma moção e o que é uma recomendação. Se você vai  
1941entrar na política de um Estado como foi colocado na moção, você tem que  
1942fazer uma recomendação, você está mudando pedindo para fazer uma  
1943alteração de política. Para não ter esse problema porque são propostas que  
1944são apresentadas de última hora pode ser coisas que podem denegrir a  
1945imagem do COANAMA porque está fazendo ele próprio está indo contra o seu  
1946Regimento, então que a mesa observasse se o texto é realmente moção, é  
1947recomendação, se vai virar resolução, não sei mas que não fiquemos aqui todo  
1948mundo olha a moção está escrito recomendação e vamos tentar mudar, e fica  
1949uma coisa meio chata.

1950

1951

1952**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Joao Carlos eu  
1953agradeço, lembrando também que a mesa ela tem dificuldade as vezes de

1954identificar o que caracteriza urgência e o que não caracteriza urgência, o que  
1955poderia ser remetido às comissões de trabalho, o que exigiria um  
1956pronunciamento tempestivo, acho que nesses dias de trabalho sobre o  
1957regimento vai ser uma boa oportunidade para nós programar essa discussão.  
1958Vamos caminhar na direção da conclusão então, temos dois informes antes da  
1959conclusão da reunião. É alguma coisa relacionada a isso?

1960

1961

1962**O SR. MAURO BUARQUE (ANAMMA)** – Presidente me permita socializar a  
1963parte que tivemos na reunião pré CONAMA, sobre quando nos debruçamos  
1964sobre a pauta dessa reunião do Conselho. Nós vimos claramente que nós  
1965tínhamos, como podemos presenciar aqui, que nós fomos contra 3 propostas  
1966claras de geração de energia por 3 fontes de 3 matrizes diferentes. Então na  
1967ocasião eu levantei essa sugestão para o secretário que ele prontamente  
1968atendeu, é que nós precisamos como temos uma quantidade grande de novos  
1969Conselheiros, não só da sociedade civil, mas de governo do Estado,  
1970precisamos de fato nos debruçarmos num seminário curto e objetivo sobre o  
1971que pretendemos, qual é a quantidade de energia que pretendemos para ver  
1972se dá para superar elas com energias alternativas, porque senão nós vamos  
1973ficar aqui discutindo que não pode energia hidroelétrica, não pode nuclear, não  
1974pode termoelétrica, não pode e não pode e precisamos de energia. Então  
1975vamos precisar de energia para se desenvolver, ou que o estágio que nós  
1976chegamos do desenvolvimento está bom. Se está bom não precisa gerar mais  
1977nada, não precisa discutir pequenas hidroelétricas, grandes, enfim, é um apelo  
1978que fazemos para que tratemos da consequência e não da causa, alias o que  
1979está causando a consequência.

1980

1981

1982**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Esse ponto  
1983Mauro, quando estava conversando com o Soares aqui no paralelo, era o  
1984seguinte, quando caminhávamos na direção fazíamos uma discussão sobre  
1985matriz energética. Acho que atende várias preocupações.

1986

1987

1988**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
1989**DCONAMA)** – Vou pedir a todos que façam silêncio, porque senão fica até  
1990difícil para a mesa encaminhar.

1991

1992

1993**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Foi relatado  
1994que ano passado teve uma iniciativa destinada a socializar a informação sobre  
1995esse assunto, dada a renovação dos quadros pode ser que se faça necessário  
1996de novo num outro momento, nós vamos tentar utilizar algumas instâncias que  
1997não seja necessariamente reunião, mas para proporcionar informações que  
1998instrumentalizem aos Conselheiros mais dados sobre esse debate, acho que é  
1999um debate permanente, um debate que vamos ter que continuar fazendo ao  
2000longo do tempo no nosso dia a dia do CONAMA. Nós estamos querendo  
2001encaminhar para os informes.

2002

2003

2004 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu queria apenas  
2005 para corrigir para que tenha um encaminhamento devido. Essa proposta de  
2006 moção...

2007

2008

2009 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Já foi feito dada  
2010 o encaminhamento devido a essa moção, foi feito o pedido de vista, acatado.

2011

2012

2013 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Sim, mas foi  
2014 colocando que nos conformes foi visto aí, não seria uma proposta de moção,  
2015 seria proposta de recomendação, o mesmo pedido de vistas é uma proposta de  
2016 recomendação, não de moção.

2017

2018

2019 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Dr. Soares  
2020 desculpe, mas aqui tem uma proposta de moção de relatórios trimestrais por 5  
2021 órgãos de Governo sobre um assunto complexo. Foi feito um pedido de vistas  
2022 nós já acatamos o pedido de vista. Reformular a proposta de moção estamos  
2023 criando. Vamos em frente, nós vamos tentar trabalhar esses assuntos melhor  
2024 daqui para frente. Os dois informes resultantes passo para Adriana, por favor.

2025

2026

2027 **A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
2028 **DCONAMA)** – Queria ainda fazer um esclarecimento para a plenária, a  
2029 recomendação da maneira como prevista no nosso Regimento ela é uma  
2030 manifestação acerca de implementação de políticas, programas públicos e  
2031 normas com repercussão na área ambiental, inclusive nos termos de parceria  
2032 de que trata a lei 9790. Se for uma recomendação ela tem uma tramitação  
2033 completamente diferenciada, ela dá entrada no CONAMA, passa por parecer  
2034 das áreas técnicas, vai para Câmara Técnica, tem discussão primeiro de  
2035 mérito, depois jurídica e depois vem para plenária. Quer dizer ela tem que ter a  
2036 densidade de uma recomendação nesses termos para ter essa tramitação.  
2037 Senão é uma moção que aprovamos ou rejeita na hora certo?

2038

2039

2040 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Nós discutimos  
2041 aqui, a próxima reunião nós vamos criar uma instância aqui na nossa mesa  
2042 para avaliar, na entrada o que é recomendação, o que é moção para que não  
2043 dá para nós no meio do caminho, então, agora vira de ser isso e vira  
2044 aquilo. Vamos em frente.

2045

2046

2047 **O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Informes, nós  
2048 temos dois informes pautados ainda, um pediria para a mesa para a Zilda dá  
2049 um informe e é sobre uma obrigatoriedade prevista na resolução 362 de 2005

2050sobre informações à plenária, óleos lubrificantes, o rerefino de óleos  
2051lubrificantes.

2052

2053

2054**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A resolução 362 de 2005 ela  
2055dispõe sobre o recolhimento, coleta, destinação do óleo lubrificante usado e  
2056contaminado. Ela estabelece no seu artigo nono que na primeira reunião  
2057ordinária do ano, vai ser feito um relatório com apresentação dos dados sobre  
2058recolhimento e destinação efetuados no ano anterior. Recentemente nós  
2059tivemos uma reunião no grupo de monitoramento permanente dessa resolução,  
2060chamado de GMP, tem informações até no site do CONAMA sobre esse grupo,  
2061e o grupo recomendou o Ministério do Meio Ambiente acabou formalizou isso,  
2062uma mudança nesse artigo nono para segunda reunião ordinária do ano. Por  
2063que essa mudança? Por um motivo muito simples, temos uma portaria  
2064conjunta, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das minas e energia e a  
2065ANP e o IBAMA que são os órgãos executores, recebem essas informações é  
2066feita uma checagem dos dados que são enviados a uma e a outra, por  
2067obrigações legais, as empresas fazem essa declaração, e não é possível fazer  
2068hoje é o último dia de fornecimento dessas informações no Cadastro Técnico  
2069Federal do IBAMA. O prazo que o Cadastro Técnico Federal do IBAMA tem é  
207031 de março do ano subsequente para dar informações sobre o ano anterior.  
2071Entao nós estamos encaminhando à mesa um pedido uma mudança na  
2072resolução já temos uma minuta, simplesmente autorização de primeiro para  
2073segunda reunião do ano. Entao deve ser feito um informe na próxima reunião a  
2074respeito desse assunto.

2075

2076

2077**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Próximo  
2078informe.

2079

2080

2081**A SR<sup>a</sup>. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
2082**DCONAMA)** – Próximo informe é o Rudolf, sobre a Comissão do CAP,  
2083Comissão de Acompanhamento do Proconve.

2084

2085

2086**O SR. RUDOLF** – Obrigado Adriana. Eu vim entao aqui como coordenador da  
2087comissão fazer um rápido informe dessas atividades. Essa Comissão que na  
2088verdade foi criada nos anos 80, na própria criação do Proconve já se previa  
2089uma Comissão que o acompanhasse essa Comissão de fato, nunca chegou a  
2090se reunir e nós agora depois da crise que nós tivemos na implementação da  
2091fase P6 do Proconve que era a fase que vocês lembram bem que trazia o  
2092diesel S 50 para os veículos pesados, nós achamos necessário que essa  
2093comissão fosse ativada e que nós tivéssemos um colegiado que  
2094acompanhasse o programa e pudesse trazer aqui, compartilhar com o  
2095Conselho Nacional qualquer eventualidade, qualquer problema na execução e  
2096assim como seus sucessos também. Nós vimos que aquela Comissão dos  
2097anos 80 seria impossível, ela era formada por entidades, algumas que já não

2098 existem mais, era um colegiado de alto nível hierárquico, com secretários  
2099 executivos, presidentes de autarquias e que nós imaginamos que era mais  
2100 objetivo se tivéssemos um grupo técnico de caráter de um perfil mais técnico e  
2101 com as entidades que hoje de fato trabalham na área. Então, o CONAMA  
2102 aprovou uma resolução, a 414 em setembro de 2009, reformulando a  
2103 comissão. Então ao longo do ano passado nós nos reunimos 3 vezes, foram 2  
2104 reuniões ordinárias como prevê a resolução e fizemos uma extraordinária  
2105 também e nos dedicando basicamente à questão normativa e à questão de  
2106 execução, ou seja, por um lado nós cobramos muito da ANP e do IBAMA que  
2107 são os entes normativos do Proconve, as providências tomadas em relação à  
2108 implementação da fase P7, e por outro lado também cobramos da indústria de  
2109 automóveis e de combustíveis basicamente a Petrobras e a ANFAVEA que nos  
2110 dessem relatórios continuados a respeito da implantação da resolução, no que  
2111 diz respeito à fabricação de novos motores e à produção dos combustíveis  
2112 adequados. Inclusive, uma das nossas reuniões foi feita dentro da refinaria de  
2113 Petrobrás de Betim onde acompanhamos ali a unidade que já produz o diesel S  
2114 50 no Brasil, já está sendo distribuído e a obra das novas áreas de produção do  
2115 diesel S-10 que é a grande revolução que vamos ter na questão da poluição  
2116 atmosférica por veículos no Brasil. Mas a Comissão num primeiro momento de  
2117 nos dedicarmos sua estrutura interna fizemos o Regimento interno, e  
2118 basicamente como estamos às portas dessa fase P7 que começa agora  
2119 primeiro de janeiro do ano que vem, obviamente nós dedicamos  
2120 completamente a essa tarefa, mas também já estamos acompanhando a  
2121 questão da L6 que entra no ano seguinte que é a fase dos veículos leves, e  
2122 assim como nosso novo desafio vai ser o acompanhamento dos programas de  
2123 inspeção veicular por parte dos governos estaduais, os governos estaduais têm  
2124 agora até 30 de junho o prazo para entregar aos seus conselhos estaduais os  
2125 planos de controle de poluição veicular e os que forem ter programas de  
2126 inspeção devem iniciá-los até 25 de abril do ano que vem, mas nós na  
2127 Comissão ainda não conseguimos abarcar essa vertente dos veículos usados,  
2128 estamos muito preocupado com a questão dos veículos novos graças à crise  
2129 que nós tivemos na fase P6 que não deverá acontecer na P7. E em última  
2130 informação quer dizer o que temos, as grandes preocupações da implantação  
2131 da P7 é a produção de combustível que estamos convictos que não vai haver  
2132 problema, que a Petrobras está com toda sua programação pronta para que no  
2133 início do ano que vem haja disponibilidade do S50 e do outro ano do S10, em  
2134 relação aos motores nós temos todas as garantias da ANFAVEA de que os  
2135 motores estarão prontos a tempo da implementação das fases que sai até um  
2136 pouquinho antes. E a nossa terceira preocupação é na questão do Aditivo Arla  
2137 32 que é a grande novidade que vai haver na manutenção dos novos  
2138 caminhões, ônibus e veículo pesados a diesel, que é um produto novo é um  
2139 produto de difícil previsão do que vai acontecer, já que ele não existe ainda,  
2140 mas no que diz respeito às ações de governo, o IBAMA fez toda a  
2141 especificação do produto, o IBAMA fez um acordo com o INMETRO, o  
2142 INMETRO já tem então acordado a questão da qualidade e da conferência da  
2143 qualidade desses produtos nos pontos de vendas isso tudo que são questões  
2144 governamentais estão encaminhadas, nós já temos compromissos da  
2145 ANFAVEA de que haverá distribuição em todo país desse produto na rede de

2146concessionárias deles, estamos conversando com os distribuidores e com os  
2147representantes dos postos de gasolina também para que haja a garantia e a  
2148tranquilidade necessária de que nada vai atrapalhar a implantação da fase P7.  
2149Nós temos que elaborar um relatório anual que tem que ser apresentado ao  
2150CONAMA no primeiro semestre, como temos uma reunião da Comissão agora  
2151logo na seqüência, nós vamos apresentar aos membros para aprovação e  
2152encaminhamos então para a Câmara Técnica de controle ambiental para que  
2153venha, não sei como é que se dá isso se vem para o plenário para  
2154conhecimento, para algum tipo de apreciação diferente. Então é isso, nós  
2155estamos assim em fase final da apresentação por escrito disso que eu falei  
2156aqui muito brevemente, mas com uma visão assim otimista de que essa  
2157primeira tarefa, que é a fase P7 do Proconve que se inicia em primeiro janeiro  
2158do ano que vem deve ser implementada com sucesso

2159

2160

2161**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Antes de  
2162concluirmos, se houver alguma preocupação, alguma fala final. Temos o  
2163momento para isso agora.

2164

2165

2166**O SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Mover)** – Sobre esse  
2167assunto específico Conselheiro Rudolf, nos preocupa imensamente, nós temos  
2168acompanhado o CAP e estamos compartilhando de seu otimismo, estamos  
2169preocupados principalmente com a fase de distribuição do aditivo. É uma  
2170preocupação que nós temos acompanhado a fase de produção dos motores,  
2171do aditivo está realmente perfeita, mas nos preocupa essa possibilidade de  
2172deixar simplesmente ao mercado a possibilidade dele no estágio inicial, dele  
2173prover essa distribuição em todo o território nacional, é uma coisa que nos  
2174preocupa e que pode causar problemas que eu sei que o senhor sabe nessa  
2175fase, é prematuro acho e estou fazendo um alerta a esse plenário que temos  
2176que nos preocupar, tem que haver engajamento das nossas empresas, mais  
2177profundamente das empresas que possamos de alguma maneira, num estágio  
2178inicial, candidatar-se a ter essa disponibilização do aditivo em todos os seus  
2179postos, acho que tem que realmente haver uma preocupação com essa  
2180distribuição, senão nossa fase P7 fica altamente prejudicada não nas cidades,  
2181mas basicamente nas áreas mais remotas, nas áreas mais distantes. Sr.  
2182Presidente, aproveito uma questão de ordem e pedir que eu teria um informe  
2183final se é possível se fazer um informe antes de terminar a sessão. Trata-se de  
2184um informe sobre o encontro nacional extraordinário da ASIBAMA, o qual eu  
2185vou pedir aos senhores para rapidamente ler a nota que eles fizeram,  
2186especificamente dirigido aos Conselheiros do CONAMA. Senhores  
2187Conselheiros, os últimos atos praticados pela direção do IBAMA apontam para  
2188uma retomada das investidas no Governo no sentido de dar continuidade.

2189

2190

2191**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Mourão, esse  
2192informe faz sentido para o CONAMA?

2193

2194

2195 **SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Mover)** – Ele é dirigido  
2196 aos Conselheiros do CONAMA.

2197

2198

2199 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – É um informe  
2200 das ASIBAMA para os Conselheiros do CONAMA? Esse informe não seria o  
2201 caso de discutir isso com a direção do ministério primeiro?

2202

2203

2204 **SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Mover)** – É um informe  
2205 aos Conselheiros, não existe nenhum tipo de atitude falando sobre a política  
2206 ambiental.

2207

2208

2209 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Acho que no  
2210 futuro, antes de dar o informe o senhor, por favor, informe a respeito do que se  
2211 trata o informe, quem está propondo o informe, porque eu contornei.

2212

2213

2214 **SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Mover)** – Se o senhor  
2215 não ouviu, eu disse é o informe das notas dos Conselheiros, expliquei aos  
2216 colegas.

2217

2218

2219 **SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Perdão, eu não  
2220 ouvi, vai em frente, mas para o futuro eu acho que temos que preservar o  
2221 CONAMA, não há nada contra que o senhor se manifestasse, mas em relação  
2222 a assuntos trabalhistas e corporativos, pessoalmente eu acho que o Ministério  
2223 deve ter um posicionamento antes. Vamos concluir.

2224

2225

2226 **SR. LUIZ ERNESTO BORGES DE MOURÃO SÁ (Mover)** – Eu posso lhe  
2227 assegurar (...) que de antemão que ela não fala especificamente sobre  
2228 trabalho e isso, fala sobre política ambiental. Isso eu lhe asseguro, sobre  
2229 um enfoque dos trabalhadores, mas é só política ambiental que eu teria esse  
2230 cuidado de fazer isso com toda certeza o senhor pode ter a certeza com minha  
2231 responsabilidade de Conselheiro faria isso. De fato em 25 de fevereiro a  
2232 diretoria de planejamento do IBAMA apresentou uma nota propondo a  
2233 realocação dos centros de pesquisas em recursos pesqueiros. Em 10 de março  
2234 o presidente do IBAMA não somente acatou a posição do diretor de que  
2235 iniciasse as tratativas com o Ministério da pesca e agricultura e  
2236 alternativamente com a EMBRAPA, para avaliar as possibilidades de transferir  
2237 para os mesmos centros especializados em pesquisas e gestão dos recursos  
2238 pesqueiros. Ressaltamos que o centro de especializados em pesquisa e gestão  
2239 dos recursos pesqueiros são responsável pela geração do conhecimento sobre  
2240 a biodiversidade aquática e sua interação com o meio, de forma a assegurar o  
2241 uso dos recursos ambientais pesqueiros, uma visão ecossistêmica e para

2242presentes e futuras gerações. Causa nos ainda maior perplexidade a  
2243declaração do diretor do DIPLAN senhor Edmundo Soares do Nascimento Filho  
2244em sugerir na mesma nota técnica que o instituto venha a ser denominado  
2245Instituto Brasileiro de meio ambiente, retirando-se a expressão dos recursos  
2246naturais renováveis, uma vez que esses recursos naturais já não fazem parte  
2247do escopo institucional e legal do instituto. Essa propositura caracteriza se por  
2248uma fraude, já que contraria a legislação vigente, ressarcíamos de pronto essa  
2249proposta por entendermos que a continuidade do desmonte do IBAMA e sua  
2250fragilização venha macular sua missão comprometendo a gestão ambiental do  
2251país. Além disso, foi veiculado na mídia que o governo estaria preparando um  
2252instrumento legal para transformar o serviço florestal brasileiro em autarquia, e  
2253repassar a gestão das florestas nacionais FLONA, RESECS, Reservas de  
2254extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável do instituto Chico  
2255Mendes para o serviço florestal. Com o advento dessa lei 11516 de 2007 o  
2256instituto Chico Mendes e o IBAMA, este em caráter supletivo, passaram a ser  
2257os órgãos executores do SNUC, juntamente com os órgão estaduais e  
2258municipais com a função de implementá-los subsidiar as propostas de criação  
2259e administrar as Unidades de Conservação federal, estaduais e municipais. A  
2260exploração florestal é um dos objetivos da FLONA, mas não é o único, pois  
2261comunidades de Conservação devem apresentar um zoneamento que defina  
2262inclusive as áreas de preservação. As demais, nem todas as florestas  
2263nacionais são passíveis de concessão. De acordo com a publicação do MMA a  
2264gestão de florestas públicas, relatório 2008, das 65 florestas nacionais  
2265existentes nessa época apenas 28 eram passíveis de concessão no plano  
2266anual de outorga florestal de 2009. Além disso, a maioria das FLONAS da  
2267Amazônia possui comunidades tradicionais dentro de seus limites e sequer  
2268almejam viver da exploração madeireira, o que dentre várias outras situações  
2269Brasil afora, força a interdisciplinaridade a diversificação de atuação do órgão  
2270gestor. Acresce-se a isso que a exploração comercial da floresta sequer está  
2271dentro dos objetivos básicos da categoria RESEX. A RESEX é uma categoria  
2272que não pode ser confundida com a FLONA, nas quais as comunidades são  
2273contra a exploração madeireira. Portanto, qual seria o interesse de reduzir a  
2274importância das RESEX, categoria de Unidade de Conservação,  
2275Genuinamente brasileira, resultado de muitos anos de luta de extrativistas a  
2276exploração madeireira. O serviço florestal é o setor do Governo Federal  
2277especializado na exploração sustentável de florestas públicas, não tendo  
2278competência para gerir Unidades de Conservação, que é atribuição exclusiva  
2279do instituto Chico Mendes na esfera federal. Assim consideramos  
2280absolutamente descabida a transferência das FOLAS, RESEX e RDS Reservas  
2281de desenvolvimento sustentável para o serviço florestal brasileiro, além da  
2282gestão das Unidades de Conservação estar totalmente fora da finalidade para  
2283o qual o sistema foi criado. Isso significaria uma quebra no sistema de Unidade  
2284de Conservação do SNUC. Com danos profundos a consecução do seu  
2285objetivo global. Por fim, volta a tona a discussão sobre privatização das  
2286Unidades de Conservação federais, em incentivos a essa que se deu como um  
2287dos arquivamentos do projeto 4573 de autoria do deputado federal Sarney  
2288Filho, nesse sentido ressarmos de pronto mais essa iniciativa privatizante do  
2289desmonte do Instituto Chico Mendes. Diante desse contexto os delegados do



22906º encontro nacional e dos servidores do meio ambiente e do plano especial de  
2291cargos do MMA e do IBAMA, dirige-se a esse conselho no sentido de solicitar  
2292que se posicione ao contrário às novas investidas de desmonte e fragmentação  
2293da gestão ambiental federal dos órgãos federais do meio ambiente do SNUC.  
2294Brasília, 31 de março de 2011. Seu presidente como se tratava de um assunto  
2295de política eu agradeço a sua atenção.

2296

2297

2298**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Já foi dado o  
2299informe, nós não temos o que acrescentar. Nós conversamos aqui na mesa,  
2300queria apenas esclarecer que não há nenhum estudo em curso sobre mudança  
2301de competência de nenhum órgão, exceto a questão da autarquiação  
2302incompletos e uso florestal brasileiro, mas que não envolve mexer com  
2303competência do Chico Mendes, do IBAMA, do Ministério, essa conversa a  
2304direção do Ministério não tem a menor ideia de onde ela se origina, mas  
2305infelizmente é uma conversa que prospera e que nós não podemos fazer nada,  
2306a não ser demonstrar perplexidade, está dado o informe. Vamos em frente.  
2307Querida agradecer a participação de todos... sobre? Do que se trata?

2308

2309

2310**A SRª. ADRIANA BARBOSA SOBRAL MANDARINO (Diretora Substituta**  
2311**DCONAMA)** – Pedido de informe para a próxima reunião é isso?

2312

2313

2314**O SR. VALTEMIRO BRUNO GOLDMEIER (CNM)** – Federação Nacional dos  
2315Municípios, e também representante da ANAMMA. Nós gostaríamos Sr.  
2316presidente que na próxima reunião houvesse um posicionamento oficial do  
2317Ministério, em relação ao Projeto de Lei que regulamenta o artigo 23 da  
2318Constituição de 88 que tramita no Congresso Nacional desde 2003, está lá  
2319parado, dormindo em berços esplêndido agora no Senado e gostaríamos que o  
2320Ministério do Meio Ambiente se envolvesse no assunto. O assunto define as  
2321competências e para nós municípios é fundamental e lamentavelmente é o  
2322único projeto do PAC que não foi votado, o único. Talvez não tenha dinheiro  
2323para distribuir, talvez não seja isso. Agora, todos os outros projetos de  
2324interesse econômico todos foram votados, só não foi votada a regulamentação  
2325do artigo 23 e olha que nós comentamos. Então gostaríamos que na próxima  
2326reunião o Ministério do Meio Ambiente apresentasse um informe e que se  
2327envolvesse no assunto, nos ajudando, porque nós municípios estamos indo no  
2328Senado cobrar dos senadores que votem esse assunto, só que precisamos da  
2329ajuda do Ministro em relação a isso. O outro informe que gostaríamos Sr.  
2330Presidente, é que na reunião do CONAMA também voltasse a ser tratado o  
2331informe sobre de como estão sendo realizadas as reuniões da tripartite  
2332nacional.

2333

2334

2335**O SR. FRANCISCO GAETANI (Secretário Executivo MMA)** – Registrado.  
2336Bom, queria agradecer a participação de todos, pedir desculpas aí pelas  
2337eventuais problemas de condução nessa minha estréia aqui no CONAMA, e

2338dizer que contamos com vocês nos dias de trabalho sobre o Regimento, acho  
2339que precisa ser revisado para que possamos ter um funcionamento melhor e  
2340nos encontramos então na próxima reunião. Obrigado a todos, vamos encerrar.  
2341Não vamos precisar utilizar a tarde e vamos em frente. (*Palmas!*)